



O ENADE proporciona ao professor repensar sua compreensão do processo de avaliação dentro de um novo marco no qual a coerência e a coesão se coloca em estreita sintonia face a relação: problema, texto de referência, contextualização e resposta. Dentro deste novo horizonte, no qual, a Filosofia após 04 avaliações do ENADE (2005, 2008, 2011 e 2014), se situa, eis que o Curso de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, através do esforço de seu corpo docente, especialmente nas pessoas dos Professores Gérson Júnior e José Marcos, nos apresenta sua contribuição, ao seu próprio corpo docente e discente, em especial, e a toda comunidade da filosofia, em geral, ao tornar pública este livro de questões, que enquanto subsídio didático-pedagógico será, com certeza, muito útil no dia-dia docente e discente.



**editora fi**  
www.editorafi.org



# *A Filosofia em Questões*

---

O Enade 2008 de Filosofia



# SÉRIE SUBSÍDIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

## **Diretores da Série:**

---

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa (UNICAP)

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

## **Comitê Editorial Científico:**

---

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa (UNICAP)

Prof. Dr. Degislando Nóbrega de Lima (UNICAP)

Prof. Dr. Georg Sans SJ (Hochschule für Philosophie/München)

Prof. Dr. Karl-Heinz Efken (UNICAP)

Prof. Dr. Joao Alberto Wohlfart (FABE)

Prof. Dr. José Pinheiro Pertille (UFRGS)

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos (UFPE)

Prof. Dra. Maria da Conceição Bizerra (UNICAP)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi (UBA- Argentina)

Prof. Dr. Paulo Roberto Konzen (UNIR)

Prof. Dra. Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles (UFPE)

# *A Filosofia em Questões*

---

## **O Enade 2008 de Filosofia**

Soluções e Comentários das Questões  
Específicas do Bacharelado em Filosofia

Gerson F. de Arruda Júnior

José Marcos G. de Luna

*φ editora fi*

**Diagramação e capa:** Lucas Fontella Margoni

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



<http://www.abecbrasil.org.br>

SÉRIE SUBSÍDIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS - 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

JÚNIOR, Gerson F. de Arruda; LUNA, José Marcos G. de.

A filosofia em questões: o Enade 2008 de filosofia. [recurso eletrônico] / Gerson F. de Arruda Júnior; José Marcos G. de Luna -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

93 p.

ISBN - 978-85-5696-296-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Enade. 2. Prova. 3. Avaliação. 4. Comentário. 5. Educação. I. Título. II. Série.

CDD-100

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia                    100

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
Questão 11.....	12
Questão 12.....	16
Questão 13.....	19
Questão 14.....	22
Questão 15.....	24
Questão 16.....	27
Questão 17.....	30
Questão 18.....	33
Questão 19.....	35
Questão 20.....	37
Questão 21.....	40
Questão 22.....	44
Questão 23.....	45
Questão 24.....	47
Questão 25.....	50
Questão 26.....	52
Questão 27.....	55
Questão 28.....	59
Questão 29.....	62
Questão 30.....	65
Questão 31.....	68
Questão 32.....	71
Questão 33.....	72
Questão 34.....	77
Questão 35.....	81
Questão 36.....	84
Questão 37.....	87
<b>Bibliografia .....</b>	<b>91</b>





## Introdução

É com muita alegria que apresentamos ao público universitário em geral, e aos estudantes de Filosofia em particular, mais um volume da coleção *Filosofia em Questões*. Este volume dá continuidade ao projeto de suporte didático-pedagógico destinado aos discentes e docentes em Filosofia, e consiste na resolução das questões específicas do Enade de Filosofia ocorrido no ano de 2008.

Dado que o objetivo principal dos livros que compõem o projeto *Filosofia em Questão* é ser um manual de suporte didático-pedagógico, neste volume decidimos continuar com o modelo de resolução das questões adotado nos volumes anteriores. Tal modelo consiste de dois momentos distintos: no primeiro, a alternativa correta é apresentada e justificada de modo sucinto e consistente; depois, no segundo momento, expõem-se as razões pelas quais as outras alternativas são incorretas.

Como era de se esperar, as 27 questões específicas do Enade de Filosofia de 2008 têm a intenção de contemplar todos os conteúdos curriculares exigidos pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais*. E, ao serem analisadas, percebemos que elas deixam de lado algumas áreas que deveriam ser levadas em conta e valorizam outras. Qual seria a justificativa? As estruturas das questões, e da prova em geral, não deixam nenhuma pista para entender o que norteia essa decisão.

No tocante às estruturas das questões, aproveitamos para ressaltar um dado novo, presente tanto nesta como em todas as demais edições do Enade de Filosofia, que consiste na identificação do padrão nos modelos de questões utilizados nas provas aplicadas até então. Trata-se de um padrão constituído de três modelos de questões que, mesmo oferecendo uma interessante alternância na provocação

das habilidades dos alunos, demandam um considerável grau de trabalho, tempo e esforço para serem devidamente respondidas.

Contudo, se tais modelos forem atentamente observados, eles poderão ajudar o discente a operar com mais desenvoltura durante a realização do exame e, principalmente, durante a resolução das questões.

Esses modelos podem ser ilustrados do seguinte modo:

<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>	<b>Modelo 3</b>
<p>TEXTO INTRODUTÓRIO</p> <p>Considerando o texto apresentado, é certo o que se afirma em:</p> <p>a) xxxxxxxx b) xxxxxxxx c) xxxxxxxx d) xxxxxxxx e) xxxxxxxx</p>	<p>TEXTO INTRODUTÓRIO</p> <p>Tendo presente o texto apresentado, considere as proposições:</p> <p>I. xxxxxxxx II. xxxxxxxx III. xxxxxxxx IV. xxxxxxxx V. xxxxxxxx</p> <p>Agora julgue: é correto apenas o que se afirma em:</p> <p>a. I II e V. b. I e IV. c. III e II. d. II e V. e. III e IV.</p>	<p>TEXTO INTRODUTÓRIO</p> <p>Com base no texto apresentado, considere as seguintes proposições:</p> <p>(Proposição-1)xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx <b>porque</b> (Proposição-2)xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx</p> <p>Agora Julgue as asserções:</p> <p>a) Proposição-1 é V e a Proposição-2 fundamenta a proposição-1. b) Proposição-1 é V, mas a proposição-2 não fundamenta a proposição-1. c) Proposição-1 é F e a Proposição-2 fundamenta a proposição-1. d) As proposição 1 e 2 são V. e) As proposição 1 e 2 são F.</p>

Explicando brevemente cada um deles.

O Modelo 1 consiste de um TEXTO INTRODUTÓRIO (geralmente uma citação de um filósofo ou de um comentador), e de uma pergunta relacionada ao texto, cuja resposta é uma das letras alternativas oferecidas na questão.

O Modelo 2 consiste de um TEXTO INTRODUTÓRIO (geralmente uma citação de um filósofo ou de um comentador), seguido de cinco proposições enumeradas com algarismos romanos. A questão gira em torno dessas proposições enumeradas, o aluno deve julgá-las e escolher dentre cinco alternativas apresentadas a que apresenta corretamente o valor de verdade daquelas proposições.

O Modelo 3 consiste de um TEXTO INTRODUTÓRIO (geralmente uma citação de um filósofo ou de um comentador), e de duas asserções (proposições) dele derivadas, ligadas pela conjunção conclusiva *'porque'*. E a questão consiste em escolher dentre as cinco alternativas apresentas a que apresenta corretamente o valor de verdade das duas proposições e o nexco lógico existente entre elas.

Na edição do Enade de Filosofia de 2008, que ora apresentamos ao público, constatamos o seguinte perfil na distribuição desses modelos:

<b>MODELO 1</b>	<b>MODELO 2</b>	<b>MODELO 3</b>	<b>TOTAL</b>
12 Questões	08 Questões	07 Questões	27 Questões

Um detalhe que deverá ser ressaltado é o de que neste Enade duas questões foram anuladas, e ambas por estarem mal elaboradas.

A constatação desses padrões de questões traz alguns ganhos consideráveis como, por exemplo, um modelo estável que permite desenvolver junto aos alunos uma didática mais eficaz do enfrentamento das perguntas. Mas, por outro lado, traz à luz inquietações que precisam ser discutidas seriamente. Nesta edição de 2008, por exemplo, o critério para a distribuição dos modelos de questões não é claro, como podemos ver no quadro acima. O que justifica o uso de um número maior de questões do primeiro tipo? Esses ganhos e inquietações, porém, não serão apreciados agora. Eles serão alvos minuciosos de uma futura e breve edição comparativa que já se encontra em gestação, haja vista que, em todas as aplicações anteriores do Enade de Filosofia, as questões foram construídas com esses mesmos padrões.

*Bons Estudos!*

*Profs. Gerson Júnior e José Marcos*

### Questão 11

O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça. Ora nós estabelecemos, segundo suponho, e repetimo-lo muitas vezes, se bem te lembras, que cada um deve ocupar-se de uma função na cidade, aquela para a qual a sua natureza é mais adequada.

(Platão. **A República**. Fundação Calouste Gulbenkian).

No trecho apresentado acima, faz-se referência à justiça, na concepção platônica. Assinale a opção que contém a proposição verdadeira que sustenta o argumento usado por Platão para definir e justificar tal concepção.

- a) A igualdade natural predispõe o ser humano para a justiça e para o bem comum.
- b) Compartilhar tarefas e habilidades com nossos semelhantes é a base natural de uma cidade justa.
- c) A execução da função própria é uma exigência das convenções políticas como instrumentos jurídicos para a fundação das cidades.
- d) O ato de cada um fazer o que lhe é mais adequado por natureza é necessário para a formação de uma cidade justa.**
- e) O interesse pessoal de cada um conduz naturalmente à implementação da justiça na cidade.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A questão da justiça foi um tema abordado tanto na mitologia como na filosofia gregas. Os mitos gregos falavam da deusa Justiça (Dike), que era uma das filhas do poderoso Zeus, e irmã de Eirenê (a deusa da paz) e de Eunomia (a deusa da ordem,*

da disciplina). Na filosofia antiga, contudo, Sócrates, Platão e Aristóteles são os que, talvez, mais ressaltaram e discutiram a questão da justiça.

No geral, o que caracteriza o conceito grego de justiça é a ideia de justeza, isto é, a articulação bem ajustada das partes com o todo. Neste sentido, a justiça é sinônimo de harmonia, de ordem, de enquadramento, etc. E a injustiça, por sua vez, é sinônimo de desajuste, de desarmonia, de desintegração, etc.

No círculo filosófico, a questão da justiça estava intimamente conectada com o tema da política, sobretudo com a fundação, formação, e organização da Polis. O que permitiu aos filósofos fazerem este tipo de associação foi o fato de eles tratarem a justiça de uma perspectiva ontológica, e não meramente de um ponto de vista jurídico ou mesmo ético.

Na sua República, Platão traça o projeto de uma cidade perfeita. A questão central por ele colocada já no segundo livro e discutida em toda a obra é a de saber qual é o fundamento de tal cidade. Em sua argumentação, ele apresenta a virtude da justiça com sendo este fundamento. Neste caso, pode-se dizer que o propósito da República foi o de teorizar sobre a natureza da justiça, e mostrar que ela é indispensável não só à cidade, mas a toda e qualquer comunidade humana.

A organização da cidade ideal proposta por Platão consistia na existência e desempenho das funções de três diferentes grupos (os governantes, os guerreiros, os produtores), cada um deles caracterizado pelo exercício de virtudes específicas. Os governantes seriam os responsáveis pela administração da cidade e, por isso mesmo, deveriam ter a sabedoria como virtude peculiar. Os guerreiros teriam como função proteger a cidade e, sendo assim, a eles competiria a virtude da coragem. Os produtores, aqueles “trabalhadores manuais” que executariam as outras atividades necessárias à cidade, tais como: comércio, agricultura, artesanato, etc., teriam como virtude principal a temperança.

*Este modo de organizar a cidade espelha, na verdade, as faculdades inatas da alma. Tais faculdades são: a racional, a irascível e a concupiscível. Deste ponto de vista, cada ser humano nasceria com uma tendência natural para uma destas faculdades. Isto implica dizer que, para o autor da República, os homens não são naturalmente iguais. A faculdade mais elevada teria como característica principal o guiar o homem pela razão. Já a faculdade irascível corresponderia aos impulsos e afetos naturais, sobretudo aqueles destinados ao perigo. A faculdade concupiscível, por sua vez, estaria ligada às necessidades básicas do corpo.*

*É baseado nisto que Platão propõe um paralelo entre as faculdades inatas da alma humana e a organização da cidade justa: a virtude da sabedoria, necessária aos governantes, estaria ligada à faculdade racional da alma; a virtude da coragem, própria dos guerreiros, estaria ligada à alma irascível; e a virtude da temperança, indispensável aos produtores, estaria ligada à faculdade concupiscível.*

*Estas virtudes seriam envolvidas pela virtude da justiça. Isto implica dizer que, para Platão, a justiça seria o cimento que garantiria a unidade das virtudes, gerando uma harmonia perfeita entre elas. Esta harmonia entre estas virtudes e, conseqüentemente, entre as tarefas decorrentes da faculdade da alma a elas associadas, é o que fundamenta a cidade justa projetada na República. Assim, para que haja uma cidade justa, cada cidadão deve se dedicar às tarefas que lhe são próprias por natureza, isto é, àquelas tarefas intimamente associadas à faculdade inata predominante em sua alma. Em outras palavras, de acordo com os pressupostos de Platão, uma cidade só será perfeita e, portanto, justa, se, e somente se, cada indivíduo realizar aquela tarefa que, por natureza, lhe convier.*

*Muitas e variadas são as tarefas necessárias à vida comunitária. Porém, embora seja dada certa ênfase no compromisso que cada indivíduo deve ter ao realizar tais tarefas,*

*todas elas são realizadas com vistas ao bem comum. Nenhuma tarefa na cidade é executada com fins particulares ou pessoais.*

*Assim, considerando este breve resumo, a resposta correta da questão é a letra (d) porque “O ato de cada um fazer o que lhe é mais adequado por natureza é necessário para a formação de uma cidade justa”.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (a) é incorreta porque, segundo Platão, não há igualdade natural entre os homens;*
- a alternativa (b) é incorreta porque, dado que os homens são naturalmente diferentes, eles não podem compartilhar tarefas e habilidades, dado que as habilidades necessárias à execução das tarefas são próprias de cada um dos grupos que constituem a cidade;*
- a alternativa (c) é incorreta porque a execução da função própria de cada indivíduo não é uma exigência das convenções políticas, mas é uma propriedade inata da alma de cada ser humano;*
- a alternativa (e) é incorreta porque a justiça na cidade não decorre do interesse pessoal de cada indivíduo, e sim da harmonia das tarefas que, por natureza, cada um realiza.*

## Questão 12

O calor e a luz são efeitos colaterais do fogo, e um efeito pode justamente inferir-se a partir do outro. Se, por conseguinte, nos convenceremos a nós mesmos quanto à natureza desta evidência, que nos assegura das questões de fato, devemos indagar como chegamos ao conhecimento da causa e do efeito. Atrever-me-ei a afirmar, como uma proposição geral, que não admite exceção, que o conhecimento desta relação não é, em circunstância alguma, obtido por raciocínios a priori, mas deriva inteiramente da experiência, ao descobrirmos que alguns objetos particulares se combinam constantemente uns com os outros.

(Hume. **Investigação sobre o entendimento humano**. Edições 70).

Com base no texto acima, assinale a opção correta.

- a) A relação causa-efeito é um princípio necessário.
- b) Não existem proposições conhecidas a priori.
- c) A relação causa-efeito ocorre por mera combinação regular entre objetos.**
- d) Questões de fato são evidenciadas unicamente pelo intelecto.
- e) O ponto de partida do conhecimento é o princípio de causalidade.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (c), pois, de acordo com Hume, a relação causa-efeito nada mais é do que uma inferência que fazemos a partir de certas regularidades que constatamos entre os objetos.*

*Segundo ele, os conteúdos mentais são classificados como percepções de dois tipos que podem ser denominadas como impressões e ideias. As impressões podem ser simples ou*



*complexas, elas são causadas pelos objetos e é a partir delas que se formam as ideias simples e complexas.*

*O ponto crucial da posição de Hume com relação às ideias, porém, está no pressuposto de que nem toda ideia é formada a partir das impressões. Para ele, algumas ideias podem ser formadas pela combinação de outras ideias na imaginação e outras ideias podem ser resultado de uma operação mental baseada no princípio lógico de associação de ideias. Neste último caso, as ideias não se baseiam nem nas impressões, nem na imaginação, mas no hábito ou costume. E o hábito ou costume é formado das experiências decorrentes da repetição de certas regularidades que encontramos no comportamento dos objetos.*

*Dentre as ideias formadas a partir do hábito ou costume, estão as ideias de causa e efeito. Elas resultam de operações mentais ligadas ao princípio de associação das ideias. Elas não têm nenhuma base nas impressões e, por conseguinte, não oferecem nenhum conhecimento do mundo. Sua única base é a experiência e esta tem por fundamento o hábito ou costume. O fato de um fenômeno seguir-se regularmente de outro, no tempo, gera em nós o hábito de relacioná-los como se houvesse uma conexão causal entre eles, mas isso não se funda nas impressões e sim no sentimento de crença.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (a) é incorreta, porque a relação causa-efeito não decorre de um princípio necessário. Ela é apenas uma inferência feita com base em certas regularidades experimentadas no comportamento espontâneos dos objetos;*
- a alternativa (b) também é incorreta, porque Hume não nega que existam proposições conhecidas a priori. Segundo ele, existem, por exemplo, as proposições analíticas, que não recorrem à relação causa-efeito. Mas o conhecimento delas é um conhecimento puramente lógico;*

- e, finalmente, as alternativas (d) e (e) são incorretas, porque as questões de fato, aquelas concernentes aos objetos do mundo, surgem apenas no horizonte das impressões. As impressões é que são o ponto de partida do conhecimento e não o princípio (que Hume considera subjetivo) da causalidade.

### Questão 13

Considerar um existente qualquer segundo o modo como está no Absoluto consiste aqui somente em dizer que se falou dele nessa instância como de um “algo”, mas que no Absoluto, para o qual  $A=A$ , esse “algo” no entanto não existe, pois aí tudo é uno. A ingenuidade do vazio no conhecimento consiste em opor esse saber uno, segundo o qual no Absoluto tudo é igual, ao conhecimento que distingue e que ou já é pleno ou busca a plenitude, ou então consiste em oferecer seu Absoluto como se fosse a noite na qual, como se costuma dizer, todas as vacas são pretas.

(Hegel. **Fenomenologia do espírito** (prefácio). Abril Cultural).

Com base no texto acima, analise as asserções a seguir.

Para Hegel, a expressão “ $A=A$ ” indica que a identidade e a unidade, quando absolutas, levam ao vazio no conhecimento,

**porque**

se encontra ausente, nessa perspectiva, a diversidade estabelecida (formalmente) pelo intelecto.

Considerando as asserções acima, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.**
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*Nesta questão, a resposta correta é a alternativa (c), pois, das duas asserções feitas acima, a primeira é verdadeira e a segunda é falsa. Realmente, de acordo com Hegel, na Fenomenologia do Espírito, a expressão “A = A” nada mais é que uma tautologia abstrata. Ela indica que a identidade e a unidade, quando absolutas, levam ao vazio no conhecimento, não porque se encontra ausente, nessa perspectiva, a diversidade estabelecida pelo intelecto, mas porque se encontra ausente o saber concreto do ser em seu determinar-se. E, nesse caso, tudo que há é uma tautologia abstrata que nada acrescenta de conhecimento visto que, para Hegel, em sua concretude, nada existe que seja igual a si mesmo no fluxo dinâmico do ser.*

*Segundo o sistema hegeliano, a realidade é o Absoluto. O Absoluto, contudo, não é uma Substância estática, imutável, mas sim um Sujeito, Processo, Automovimento. Ele se gera a si mesmo, gerando ao mesmo tempo sua determinação e superando-a. Desse modo, nesse processo dialético de autodeterminação, o Absoluto se constitui no movimento perene dos três momentos, a saber, o momento do ser em si, o momento do ser fora de si e o momento do ser que retorna a si, revelando que sua natureza é dinâmica constante e que nenhum modo de ser é igual a si mesmo, pois nele tudo é movimento.*

*Uma vez que o Absoluto é seu movimento dinâmico de ser, enquanto pôr-se fora de si, determinar-se e voltar a si enriquecido, não há nada nele que possa ser representado como “A = A”. Tal sentença não expressa nada do ser, ela não expressa nenhum conhecimento concreto. Ela é uma abstração formal, oposta ao conhecimento concreto do Absoluto em seu ser dinâmico, onde forma e conteúdo coincidem.*

*Por conseguinte:*

- as alternativas (a) e (b) são incorretas, porque consideram as duas proposições verdadeiras quando, de fato, somente a primeira é verdadeira. Na expressão " $A = A$ " encontra-se um vazio total de conhecimento, mas é porque ela nada expressa do ser e não porque lhe falte a diversidade formal fornecida pelo intelecto;
- e as alternativas (d) e (e) também são incorretas, porque consideram a primeira asserção falsa quando, de fato, ela é verdadeira. A expressão " $A = A$ ", de fato, indica que identidade e unidade, quando absolutas, não levam a nenhum conhecimento concreto.

### Questão 14

Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. O que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente.

(R. Descartes. **Meditações**, II. (Coleção Os Pensadores)).

Nessa passagem, Descartes trata da relação entre o cogito e o duvidar, o conceber, o afirmar etc. O modo como a veracidade dos mencionados estados é assegurada expressa-se por meio da

- a) investigação dos conteúdos mentais.
- b) investigação do mundo sensível.
- c) relação entre o cogito e suas modalidades.**
- d) investigação da relação entre o cogito e a realidade objetiva da ideia de Deus.
- e) investigação da relação entre a realidade objetiva e a realidade formal dos objetos.

#### RESPOSTA COMENTADA:

*A resposta correta desta questão é a alternativa (c), haja vista que, de acordo com Descartes, podemos afirmar que estados mentais como pensar, duvidar, conceber, afirmar, negar, sentir etc., longe de serem sonhos enganadores, são modos de ser e de atuar do cogito. Além disso, a veracidade desses modos de ser e de agir não repousa na investigação introspectiva dos conteúdos mentais, nem na investigação do mundo ou da realidade externa e nem na investigação da ideia de Deus. O cogito é conhecido a priori e ele mesmo é o fundamento da veracidade de seus múltiplos modos de atuar: pensar, duvidar, afirmar, sentir etc.*

*Com efeito, Descartes considera os estados mentais, tais como duvidar e conceber, afirmar e negar, por exemplo, como sendo formas de pensamentos. Vale dizer, então, que eles são modos de ser do cogito. Ora, visto que o cogito é substância imaterial, a veracidade dos estados mentais independe da corporeidade e das experiências sensíveis. Sua veracidade funda-se na relação entre o cogito e seus modos de ser, não no mundo sensível.*

*Por outro lado, o mundo sensível é uma máquina que depende das leis físicas. Seus elementos básicos são a matéria e o movimento. Por isso, seu comportamento mecânico é totalmente passível de ser medido e calculado. Na medida em que entra em contato com esse mundo máquina, o cogito pode obter algumas ideias, as chamadas ideias adventícias, aquelas que o sujeito adquire com a experiência. Tais ideias, contudo, não são o fundamento do conhecimento.*

*O fundamento do conhecimento, segundo Descartes, são as ideias inatas. Aquelas ideias que já nascemos com elas. Elas se justificam na própria razão e independem do mundo e do cogito. Dentre essas ideias inatas, porém, destaca-se a ideia de Deus, o Ser Perfeito, cujo conhecimento é dado a priori na razão. Claro, devemos lembrar, trata-se de um conhecimento dado em sua realidade formal e não objetiva. Nós não podemos compreender Deus. A realidade formal da ideia é aquilo pelo qual a ideia é, enquanto existente, certo modo ou forma de pensamento. E a realidade objetiva é o caráter da ideia, aquilo pelo qual ela é representação de alguma coisa.*

*Por conseguinte:*

*- As alternativas (a), (b) (d) e (e) são incorretas. Os estados mentais são modos de ser do cogito. A veracidade deles está enraizada na relação do próprio cogito com seus modos de atuar-se e não em alguma outra realidade distinta dele. Menos ainda na investigação de alguma coisa distinta dele ou de sua relação com a realidade objetiva de alguma ideia, ainda que seja a ideia de Deus.*

### Questão 15

Uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa, de maneira a que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Porque é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que faz que a pessoa seja una. E é o representante o portador da pessoa, e só de uma pessoa. Esta é a única maneira como é possível entender a unidade de uma multidão.

(Hobbes. **Leviatã**. Abril Cultural).

De acordo com o texto acima, analise as asserções a seguir.

Segundo Hobbes, o caráter unitário da pessoa do representante está alicerçado no consentimento de cada um dos indivíduos que faz parte de uma multidão humana

**porque**

é a partir do consentimento de cada um deles que se institui a pessoa política única do Estado.

Acerca dessas afirmativas, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.**
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.



*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (d), uma vez que a primeira das duas asserções indicadas acima é falsa e a segunda é verdadeira. De fato, apesar de Hobbes considerar os bens relativos, a vida de cada pessoa é o bem primeiro e original para ela, segundo seu entendimento. E, como a situação natural em que se encontram os homens é uma situação de guerra, de todos contra todos, o risco de ter sua vida destruída é a ameaça maior e constante. Haja vista que os homens não são, como pensou Aristóteles, animais políticos por natureza. Eles são átomos de egoísmo. Cada homem tende, naturalmente, a se apropriar de tudo que precisa para sobreviver. E como cada indivíduo tem direito natural sobre tudo, inevitavelmente, cada um se torna uma ameaça para o outro.*

*Ameaçado pela angústia e pelo medo no estado de natureza, sobretudo, pelo medo de perder o bem primário que é a própria vida, os homens criam o Estado por meio do pacto social. No pacto social, a multidão dos homens se une e delega a um representante soberano o poder de governar. Mas o pacto é firmado entre os indivíduos e não com o soberano, de modo que o soberano se torna o depositário das renúncias dos direitos individuais de todos. O que não fere a individualidade dos contratantes, pois cada pessoa continua uma pessoa em razão de sua natureza e não por participar de uma vontade geral.*

*Visto que o soberano não participa do pacto, o poder que as vontades individuais lhe concedem é irrevogável. Na pessoa dele fica unificada a vontade de todos e, o que não quer dizer que a sua pessoa esteja alicerçada na vontade de todos, por isso, ele representa a vontade geral. Considerando, então, que toda e qualquer outra vontade é uma vontade particular, nenhuma delas poderá mais se sobrepor à sua ou alterá-la.*

*A consequência maior das posições de Hobbes, claro, foi tornar-se a fundamentação mais radical e influente do absolutismo*

*nos séculos XVII e XVIII. Aquele homem soberano que surge da vontade da multidão reunida é como o Leviatã bíblico, “um deus mortal abaixo do Deus imortal”, que impõe a todos a ordem e os limites capazes de tornar a sociedade possível. Nele está instituído o Estado Soberano, a quem todos, inclusive a Igreja, devem se sujeitar.*

*Por conseguinte:*

*- as alternativas (a), (b), (c) e (e) são incorretas, haja vista que a primeira asserção acima é falsa e a segunda é verdadeira. A partir do consentimento de cada indivíduo, que faz o pacto, surge a pessoa do representante soberano, mas o caráter unitário de sua pessoa funda-se na sua natureza de pessoa humana e não naquele consentimento.*

## Questão 16

Já antes de suas respostas à questão do ente enquanto tal, a metafísica representou o ser. Ela expressa necessariamente o ser e, por isso mesmo, o faz constantemente. Mas a metafísica não leva o ser mesmo a falar, porque não considera o ser em sua verdade e a verdade como o desvelamento e este em sua essência. A essência da verdade sempre aparece à metafísica apenas na forma derivada da verdade do conhecimento e da enunciação. O desvelamento, porém, poderia ser algo mais originário que a verdade no sentido da veritas. Alétheia talvez fosse a palavra que dá o aceno ainda não experimentado para a essência impensada do esse.

(M. Heidegger. **Que é metafísica?** Introdução (1949). (Coleção Os Pensadores)).

Considerando o trecho acima e a crítica à metafísica de Heidegger, assinale a opção correta.

- a) A verdade compreendida como veritas possibilita o desvelamento do ente e leva o ser mesmo a falar, respondendo à questão da verdade do ser.
- b) O conceito de alétheia responde à questão da verdade do ser ao nomear o ente, pois pensa o ser como representação do ente enquanto ente.
- c) A metafísica tradicional não leva o ser mesmo a falar, não considerando o ser em sua verdade, concebendo a verdade em seu sentido antepredicativo.
- d) Alétheia é compreendida como a verdade antepredicativa que possibilita o desvelamento do ente em seu sentido originário de transcendentalidade.**
- e) A diferença estabelecida entre os conceitos de veritas e alétheia é puramente circunstancial, já que ambos visam responder à questão da verdade do ser.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (d), pois, segundo Heidegger, a alétheia não se identifica com o conceito comum de “verdade”. Este último, nada mais é do que uma forma descritiva ou uma enunciação proposicional. A alétheia é desvelamento que faz jorrar, simultaneamente, a verdade e o ser. Ela é o próprio ser como verdade e a verdade como o ser no seu revelar-se. Pois, na verdade como desvelamento quem fala é o próprio ser. Nela, o ente é colhido em seu sentido originário de transcendentalidade.*

*Na contemporaneidade, porém, a experiência da alétheia como desvelamento do ser, mais do que em outras épocas, está desaparecendo. O ser, praticamente, caiu no esquecimento. O homem abandonou definitivamente o ser e, fugindo das profundezas da dimensão ontológica, perdeu-se na superficialidade do ôntico e na ilusão do tecnicismo.*

*É preciso voltar urgentemente ao ser, reivindica Heidegger, pondo fim à absolutização do ente e superando a racionalização estéril do ser. E para que esse retorno ao ser aconteça, mais do que nunca, é necessário recuperar a experiência do ser como aquele que ilumina e, ao mesmo tempo, como aquele que se faz presente no ente. Aquele que se manifesta nos entes, mas não se confunde com os entes. É preciso, portanto, recuperar aquela postura que os filósofos gregos tinham diante do ser, aquela experiência que denominavam como alétheia.*

*E aqui reside, segundo Heidegger, o maior problema da metafísica ocidental, uma vez que ela desviou-se da verdadeira pergunta/busca pelo ser, que é própria do ente que se interroga pelo sentido do ser, o ser humano, e passou a buscá-lo num ser totalmente transcendente.*

*Por conseguinte:*

*- A alternativa (a) é incorreta, porque é exatamente a verdade compreendida como veritas que deve ser ultrapassada. Nesse nível,*

*detendo-se no patamar do conhecimento teórico e da formulação proposicional, aquilo que tradicionalmente se entende por verdade não passa de abstração teórica;*

*- a alternativa (b) é incorreta, porque a alétheia não nomeia ou representa o ente enquanto ente, nem pensa o ser como representação do ente. Ela é desvelamento do ser, ela é o próprio ser saindo do esconderijo;*

*- a alternativa (c) é incorreta porque, na visão de Heidegger, a metafísica tradicional concebe a verdade apenas no sentido predicativo e, por isso mesmo, não deixa que o ser fale;*

*- e a alternativa (e) é incorreta, porque a diferença que Heidegger estabelece entre os conceitos de veritas e alétheia não é meramente circunstancial, ela é essencial. Haja vista que estes dois conceitos não são apenas dois modos de responder à questão da verdade do ser, mas, dois modos antagônicos de se pôr diante do ser.*

### Questão 17

E dir-se-á o mesmo do justo e do injusto, do bom e do mau e de todas as ideias: cada uma, de *per si*, é uma, mas, devido ao fato de aparecerem em combinação com ações, corpos, e umas com as outras, cada uma delas se manifesta em toda a parte e aparenta ser múltipla.

(Platão, **República** V. 476a. Fundação Calouste Gulbenkian).

A partir desse texto, assinale a opção correta.

- a) Cada ideia é uma, mas aparenta ser múltipla.
- b) Cada uma das ideias em toda a parte manifesta ser uma.
- c) Ações e corpos manifestam-se em combinação uns com os outros.
- d) As aparências combinam-se umas com as outras em toda a parte.
- e) Cada ideia é múltipla, manifestando-se em combinação em toda a parte.

**RESPOSTA COMENTADA:**

*Esta questão gira em torno da temática da teoria platônica das Ideias. O ponto de partida para a compreensão desta teoria é a metafísica platônica.*

*A metafísica assumida por Platão é dualística, e consiste basicamente na distinção entre dois mundos: o mundo ideal e o mundo material. O mundo ideal é o mundo no qual se encontram as Ideias ou Formas de todas as coisas que existem no mundo material. Trata-se, portanto, de um mundo inteligível, eterno, perfeito. É o mundo da singularidade e unidade, localizado fora do espaço e do tempo, onde estão as essências imateriais e eternas que dão formas às coisas materiais. Tais essências são alcançadas*

*exclusivamente por meio da razão. Por outro lado, encontramos o mundo material, que é o mundo das coisas sensíveis. Ele é temporal e imperfeito. É o mundo da pluralidade e multiplicidade, localizado no tempo e no espaço. É o mundo da matéria e, por isso mesmo, percebido pelos sentidos.*

*Para Platão, o mundo ideal é o mundo real, porque é nas Ideias que encontramos o ser, a essência, das coisas. As Ideias platônicas são, assim, arquétipos ou padrões de tudo o que existe no mundo material. Neste sentido, as coisas sensíveis nada mais são do que cópias das Ideias inteligíveis.*

*As Ideias são essências eternas, imutáveis e universais. São eternas porque não foram criadas nem podem ser destruídas; são imutáveis porque não sofrem qualquer tipo de alteração ou mudança; e são universais porque se manifestam em muitas e diversas coisas ao mesmo tempo. Por exemplo, considere qualquer objeto no mundo sensível que tenha como propriedade aquilo que chamamos 'cor vermelha'. Claro está que a Ideia da cor vermelha, ou seja, a sua essência, que seria algo do tipo: a 'vermelhidão', que não é encontrada em nenhum objeto no mundo material, nem mesmo corresponde a qualquer das tonalidades empíricas desta cor. Em outras palavras, a Ideia 'vermelhidão' seria o arquétipo, a matriz, a essência de todas as tonalidades da cor vermelha existentes no mundo sensível.*

*É precisamente neste sentido de ser arquétipo, forma, ou matriz que a Ideia é uma e apenas uma (no nosso exemplo, a vermelhidão). Nas palavras de Platão, “cada uma [Ideia], de per si, é uma”. Contudo, por aparecerem em combinação com ações, corpos, e até mesmo combinarem umas com as outras, cada Ideia se manifesta em toda a parte, em muitos objetos ao mesmo tempo e, por isso, aparenta ser múltipla (no nosso caso, todas as tonalidades da cor vermelha).*

*Assim, a resposta correta da questão é a letra (a), pois “cada ideia é uma, mas aparenta ser múltipla”.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (b) é incorreta porque, ao se manifestarem em cada parte, as Ideias aparentam ser múltiplas e não uma;
- a alternativa (c) é incorreta porque o excerto da República citado na questão, que é a base para a resposta, trata da combinação das Ideias com ações e corpos, e nada diz do suposto fato de que ações e corpos se manifestam por meio de combinações entre si;
- a alternativa (d) é incorreta porque, de acordo com o texto, são as Ideias que se combinam umas com as outras em toda parte, e não as aparências;
- a alternativa (e) é incorreta porque nenhuma Ideia é múltipla.



## Questão 18

O homem é um princípio motor de ações; ora, a deliberação gira em torno das coisas a serem feitas pelo próprio agente, e as ações têm em vista outra coisa que não elas mesmas. Com efeito, o fim não pode ser objeto de deliberação, mas apenas o meio.

(Aristóteles. **Ética a Nicômaco**, III3, 1112b. (Coleção Os Pensadores)).

A partir desse texto de Aristóteles, assinale a opção correta.

- a) As ações são os fins sobre os quais o homem delibera.
- b) O homem é o fim visado por todas as deliberações.
- c) As deliberações são sobre as ações enquanto meios.**
- d) Meios e fins são visados pelo homem, que delibera sobre as coisas a serem feitas.
- e) É na deliberação entre vários fins possíveis que o homem se mostra como princípio motor de ações.

**RESPOSTA COMENTADA:**

*No livro III da Ética a Nicômaco, Aristóteles discute a diferença entre as ações voluntárias e involuntárias, e a questão da escolha deliberada. Para ele, são voluntárias quaisquer ações que tenham como princípio motor o próprio homem, que é o agente. As ações involuntárias são aquelas que “ocorrem sob compulsão ou por ignorância” (Ética a Nicômaco, 1110a), isto é, são ações cujo princípio motor é externo ao agente. Portanto, num ato involuntário, aquele que age não contribui em nada para a realização do ato.*

*De acordo com Aristóteles, os termos ‘voluntários’ e ‘involuntários’ “devem ser usados com referência ao momento da ação” (1110a). Neste caso, as circunstâncias particulares sob as*

*quais o ato é realizado também definem se tal ato é ou não voluntário (1111a).*

*Quanto à escolha deliberada, Aristóteles diz que, mesmo “parecendo ser voluntária, ela não se identifica com o voluntário, dado que este conceito é muito mais amplo” (1111b). Do seu ponto de vista, nem tudo o que é voluntário é objeto de escolha (1112a). As crianças e os animais irracionais são capazes de agir voluntariamente, mas não são capazes de fazer escolhas.*

*Convém notar que não podemos deliberar sobre todas as coisas. Só deliberamos sobre as coisas que estão ao nosso alcance e que podem ser realizadas. Neste caso, embora pareça similar, a escolha não se identifica com o desejo. Podemos desejar coisas impossíveis, como a imortalidade<sup>1</sup>, por exemplo, mas jamais podemos deliberar sobre elas (1111b). Além disso, o desejo se relaciona com os fins, enquanto que as escolhas se relacionam com os meios. Por exemplo, desejamos ter saúde, mas escolhemos os atos que nos tornarão saudáveis.*

*Assim, a resposta correta da questão é a alternativa (c), pois só se pode deliberar sobre as ações enquanto meios.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (a) é incorreta porque nem as ações são fins, nem é sobre elas que o homem delibera;*
- a alternativa (b) é incorreta porque o homem não é o fim de suas deliberações, e sim o bem que o levará ao fim último, a felicidade (1113a);*
- a alternativa (d) é incorreta porque o agente não visa os meios e os fins, e só deliberada sobre as coisas que ele pode realizar;*
- a alternativa (e) é incorreta porque nenhuma deliberação é dirigida a um fim. As deliberações são sempre feitas aos meios.*

---

<sup>1</sup> Para Aristóteles, a alma é por natureza mortal.

## Questão 19

Muitos afirmaram ... que Metrodoro tinha abolido o critério [de verdade] porque disse: “não sabemos nada, nem mesmo sabemos isto, que não sabemos nada”.

(Sexto Empírico. **Contra os professores 7.87**. In: G. Giannantoni, *Socratis reliquiae*).

A partir desse texto, assinale a opção correta.

- a) O critério de verdade é que não sabemos nada.
- b) Só não sabemos nada se nem isso sabemos.**
- c) Metrodoro sabia que não sabia nada.
- d) Quem afirma que não sabemos nada tem um critério de verdade.
- e) Quem afirma que sabe não pode enganar-se.

### RESPOSTA COMENTADA:

*Sexto Empírico é um dos principais expoentes da escola cética do conhecido período helenístico. Em tese, o ponto de partida de todos os céticos é a ideia segundo a qual a sabedoria não consiste no conhecimento da verdade, e sim na sua procura. Defende-se, assim, que o homem não pode conhecer a verdade, mas apenas procura-la.*

*Na questão, a citação do filósofo pré-socrático Metrodoro é para confirmar a tese cética de que não se pode conhecer a verdade porque não há qualquer critério para conhecê-la. É, de fato, uma posição cética radical, na qual se defende que nem mesmo se sabe que não se sabe de nada.*

*Assim, a resposta correta da questão é a alternativa (b), porque só não sabemos nada se de fato nem isso sabemos.*

*Por conseguinte:*

- as alternativas (a) e (d) são incorretas porque, do ponto de vista defendido no enunciado da questão, não há qualquer critério de verdade;
- a alternativa (c) é incorreta porque Metrodoro defende que só não sabemos nada se não sabemos que não sabemos;
- a alternativa (e) é incorreta porque, de acordo com o ceticismo defendido na questão, é impossível a afirmação de que alguém sabe algo.

## Questão 20

Neste ensaio, ‘ciência normal’ significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior. (...) Suponhamos que as crises são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias e perguntemos então como os cientistas respondem à sua existência. (...) De modo especial, a discussão precedente indicou que consideraremos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior.

(T. Kuhn. **A estrutura das revoluções científicas**. Editora Perspectiva).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a filosofia da ciência de Thomas Kuhn, assinale a opção incorreta.

- a) A assunção de um paradigma ocorre depois que o fracasso persistente na resolução de um problema dá origem a uma crise.
- b) A atividade científica madura desenvolve-se por meio de fases de ciência normal (paradigma), crise, revolução e novo paradigma.
- c) A ciência normal é o período em que se desenvolve uma atividade científica com base em um novo paradigma.**
- d) Paradigma é uma concepção teórica associada a aplicações-padrão que são objetos de consenso em uma comunidade científica.
- e) As revoluções científicas produzem efeitos desintegradores na tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada.

*RESPOSTA COMENTADA:*

A resposta correta desta questão é a alternativa (c), pois a questão exige que se indique a opção incorreta, de acordo com a filosofia da ciência de Thomas Kuhn, e é exatamente isso o que faz esta alternativa.

De fato, devemos levar em conta que Thomas Kuhn considera um paradigma como um conjunto de conquistas científicas, reconhecidas universalmente por um período de tempo, que proporciona um modelo de problemas e de soluções aceitáveis no campo da pesquisa. E, enquanto a ciência se esforça para resolver os problemas nos horizontes de um paradigma estabelecido, temos o que ele chama de “ciência normal”. Desse modo, a ciência normal é aquela que funciona a partir de um paradigma estabelecido. Ela toma como base um ou mais resultados já obtidos pela ciência no passado e procura determinar fatos relevantes para o paradigma vigente.

Acontece que a ciência normal é cumulativa. Ela avança constituindo para si instrumentos mais precisos, ampliando os campos de aplicação da teoria e determinando fatos relevantes para realizar o paradigma vigente. Mas ela não procura novidade. A novidade surge porque a interação entre teoria e experiência aumenta o conteúdo informativo da teoria e expõe a ciência a riscos e erros. O resultado disso é o surgimento de pontos conflitantes ou de anomalias que começam a solapar a segurança e a pertinência do paradigma atual.

Com a crise do paradigma abre-se o período da ciência extraordinária. Neste período, a prática científica submete os fundamentos do paradigma a novos enfoques e métodos, que terminam por provocar o surgimento de um novo paradigma. Thomas Kuhn considera essa passagem da confiança num paradigma para outro uma verdadeira “conversão”. Uma fase de incertezas e descobertas que termina por estabelecer um paradigma novo. Com um novo paradigma, fica estabelecido um novo modelo

*de problema e de soluções para a prática da pesquisa. Este paradigma assumido permitirá que a ciência volte a trabalhar num período normal de novo, até que comece a entrar em crise novamente.*

*Por conseguinte:*

*- as alternativas (a) e (b) são incorretas porque elas afirmam posições verdadeiras da filosofia da ciência de Kuhn. Um paradigma novo só é assumido depois que o paradigma vigente fracassa, dando origem a uma crise, revelando assim a estrutura da atividade científica madura: ciência normal → crise → revelação → novo paradigma;*

*- e as alternativas (d) e (e) também são incorretas, porque também elas afirmam posições verdadeiras da filosofia da ciência de Kuhn. Um paradigma é sim um modelo teórico, reconhecido por uma comunidade científica, de definição de problemas e aplicação de soluções. Ele emerge numa revolução científica, a partir dos seus efeitos desintegradores no modelo tradicional, modelo este que estava servindo de base e horizonte para a ciência normal.*

### Questão 21

(...) a solução é esta: que nós, de modo algum, admitimos que haja nomes universais quando, tendo sido destruídas as suas coisas, eles já não são predicáveis de vários, porquanto nem são comuns a quaisquer coisas, como o nome da rosa, quando já não há mais rosas, o qual, entretanto, ainda é então significativo em virtude do intelecto, embora careça de denominação, pois, de outra sorte, não haveria a proposição: nenhuma rosa existe.

(P. Abelardo. **Lógica para principiantes**. Petrópolis: Vozes).

Considerando o trecho acima, em que Abelardo trata do problema dos universais, assinale a opção correta.

- a) A partir do momento em que não existam mais rosas, o nome universal “rosa” não mais subsiste, de forma nenhuma.
- b) A função significativa de um nome universal permanece, mesmo não mais existindo a coisa real.**
- c) O que realmente existe é o indivíduo (por exemplo, esta rosa); quanto ao nome universal, ele nada mais é do que uma emissão fonética.
- d) Se não for mais possível designar uma coisa, então também não é possível fornecer um conceito dela.
- e) Mesmo antes da existência de qualquer rosa, a ideia da rosa já se fazia presente, como um universal, na mente divina.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*Esta questão só será adequadamente respondida se considerarmos o modo como Abelardo tratou do chamado Problemas dos Universais.*

*O problema consiste, fundamentalmente, na pergunta sobre a possibilidade da existência das essências universais. Na*



*Escolástica, tivemos basicamente três grandes soluções para esse problema.*

*A primeira solução foi dada pelo realismo. Representada principalmente por Guilherme de Champeaux, esta solução defendia a existência das essências universais, isto é, acredita que os universais eram substâncias reais.*

*A segunda solução foi a dos nominalistas que, representados por Roscelino e em oposição extrema e radical ao realismo de Guilherme, negavam qualquer possibilidade da existência das essências universais. Deste modo, os universais eram considerados como simples nomes.*

*Por fim, temos a solução apresentada por Pedro Abelardo. Tal resposta ficou conhecida como realismo moderado e seu ponto de partida é a ideia de que a análise da possível existência das essências universais está ligada à complexa relação entre a res (coisa) e a vox (voz).*

*A originalidade de Abelardo ao tratar dessa questão está no fato de ele deslocar o problema dos universais do campo ontológico-metafísico para o campo do significado, da semântica. Deste modo, ele centralizou o problema na relação do significado existente entre as essências universais e as coisas particulares, não tendo a preocupação se os universais têm ou não existência ontológica real, ou seja, se eles são ou não res.*

*Para levar a sua proposta a cabo, Abelardo resgatou a definição de 'Universal' dada por Aristóteles, isto é, assumiu a definição segundo a qual um universal é o que nasceu para ser predicado de muitas coisas. Ao assumir esta definição aristotélica, Abelardo rompe, ao mesmo tempo, com o realismo e com o nominalismo. Rompe com o realismo, por defender que os universais não são uma realidade (res); e rompe com os nominalistas, por estes admitirem que os universais são simplesmente meros nomes.*

*Concebendo os universais como predicados de muitos, o realismo moderado defendido por Abelardo afirma a existência dos*

*universais como entidades abstratas, isto é, os universais existem fundamentalmente quanto ao seu significado numa relação de predicação. Ou seja, os universais são estruturas lógico-linguísticas, cuja realidade está na sua capacidade de ser predicável de muitos sujeitos, não sendo entidades ontológicas reais, como no realismo, mas apenas existem numa relação semântica de significação, indo, por isso, além do nominalismo.*

*Para Abelardo, os nomes universais possuem basicamente duas funções. Uma, é a função predicativa; a outra é a função significativa. Em sua função predicativa, um nome universal “é aquele que é apto para ser predicado de muitos tomados um a um” (p. 66). Desta forma, eles predicam algo às coisas, segundo a natureza destas. Se, porém, tais coisas não mais existirem, eles já não realizam a função predicativa, pois tal função depende, segundo Abelardo, da existência das coisas (res) a que se destinam as predicções dadas pelos nomes universais.*

*Entretanto, ao nomear algo, um nome universal, em sua função significativa, ‘denomina’, ‘dá o significado’ da coisa nomeada. Este significado, porém, não depende da existência da coisa, pois, ele seria uma atividade do intelecto, e não da mera associação do nome com a coisa. Nas palavras de Abelardo, é o que ocorre com “o nome da rosa, quando já não há mais rosas, o qual, entretanto, ainda é então significativo em virtude do intelecto”.*

*A resposta certa, portanto, é a letra (b) porque a função significativa de um nome universal permanece, mesmo não existindo a coisa por ele nomeada.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (a) é incorreta porque, mesmo que não existam mais as coisas que são nomeadas pelos nomes universais, estes ainda não só existem como exercem a função significativa;*
- a alternativa (c) é incorreta porque, embora admita que coisas particulares (como a rosa) existem realmente, Abelardo também admite a existência dos universais como entidades abstratas, isto é,*

*os universais existem fundamentalmente quanto ao seu significado numa relação de predicação. Neste sentido, ele rejeita a posição nominalista que admite que os nomes universais nada mais são do que meras emissões fonéticas;*

*- a alternativa (d) é incorreta porque o conceito de uma coisa não depende de se poder ou não designá-la;*

*- a alternativa (e) é incorreta porque os universais só existem numa relação de predicação, e não como uma coisa na mente divina.*

## Questão 22

Se definirmos a espiritualidade como gênero de práticas que postulam que o sujeito, tal como ele é, não é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, é capaz de transfigurar e salvar o sujeito, diremos então que a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito.

(M. Foucault. **A hermenêutica do sujeito**. Martins Fontes).

A partir do texto acima, julgue as seguintes asserções.

Para Foucault, o processo de subjetivação (constituição do sujeito) na modernidade estabeleceu a vinculação do sujeito com a verdade de uma forma externa,

**porque**

a verdade foi compreendida apenas como o resultado de um procedimento de adequação entre o pensamento (o dito) e a coisa.

A respeito das asserções acima, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

**(QUESTÃO ANULADA)**

### Questão 23

Princípio dos seres (...) ele disse (que era) o ilimitado (...) Pois donde a geração é para os seres, é para onde também a corrupção se gera segundo o necessário; pois concedem eles mesmos justiça e deferência uns aos outros pela injustiça, segundo a ordenação do tempo.

(Simplicio. In: **Physicam** 24, 17: Anaximandro DK12A9. (Coleção Os Pensadores)).

Tendo como referência esse texto, analise as asserções abaixo.

Para os seres, a corrupção se gera para o ilimitado segundo o necessário,

**porque**

os seres concedem justiça e deferência uns aos outros pela injustiça.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

**a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**

b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.

c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.

d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é verdadeira.

e) Ambas as asserções são proposições falsas.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*Analisando o enunciado da questão, logo notamos o pano de fundo no qual se insere tais asserções. Este pano de fundo é o neoplatonismo que, dentre outras coisas, reivindica a existência do ilimitado e da necessidade.*

*O princípio dos seres é, segundo o texto, o ilimitado. Nele existe um movimento de geração e corrupção, isto é, um processo de saída e de volta para o ilimitado, e este processo se dá de um modo necessário.*

*Todos os seres que passam pelo processo de geração se corrompem, voltando necessariamente ao princípio. Além disso, de acordo com o texto, isso ocorre porque há um determinado procedimento (um tanto esquisito), no qual os seres, entre si mesmos, concedem justiça e respeito uns aos outros pela injustiça. Este movimento, que é dado no tempo, é o que faz com que a corrupção se gere necessariamente para o ilimitado.*

*Sendo assim, tanto a primeira asserção (“Para os seres, a corrupção se gera para o ilimitado segundo o necessário”) como a segunda asserção (“os seres concedem justiça e deferência uns aos outros pela injustiça”), destacadas na questão, são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.*

*Neste caso, a resposta correta da questão é a alternativa (a).*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (b) é incorreta porque a segunda asserção é a justificativa da primeira;*
- as alternativas (c), (d) e (e) são incorretas porque as duas asserções são proposições verdadeiras.*

## Questão 24

Quando, então, dizemos “Deus”, parecemos, certamente, designar uma substância, mas aquela que é para além da substância; quando, porém, dizemos “justo”, designamos, certamente, uma qualidade, mas não como acidente, e, sim, como aquela qualidade que é substância e, entretanto, é para além da substância: então, para Deus, o que ele é não é outro que o ser justo; é o mesmo, para Deus, ser e ser justo. Assim, também, quando se diz “grande” ou “máximo”, parecemos designar, certamente, uma quantidade, mas aquela quantidade que é a própria substância, tal como a dissemos ser para além da substância: o mesmo, com efeito, é para Deus, ser e ser grande. Sobre a sua forma (...), visto ele ser forma e uno verdadeiramente, não há, então, nenhuma pluralidade.

(Boécio. **A Santa Trindade**. São Paulo: Martins Fontes).

Considerando esse texto e a concepção de Deus em Boécio, assinale a opção correta.

- a) É possível aplicar a categoria de qualidade, do mesmo modo, a Deus e ao homem.
- b) Não havendo em Deus nenhuma pluralidade, é impossível que ele seja, ao mesmo tempo, justo e grande.
- c) Em Deus, ser e ser justo constitui uma unidade, porém, em tal unidade não pode ser incluída a grandeza.
- d) Dada a singularidade de “Deus”, dele se pode dizer que há unidade entre ser, ser grande e ser justo.**
- e) Se Deus é “grande” e “máximo”, então, o homem só pode ser “pequeno” e “mínimo”.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*Na obra A Santa Trindade, Boécio faz uma investigação filosófica da fé. O seu objeto de investigação é, nomeadamente, a doutrina da Trindade. Numa comparação com Agostinho, o eixo de sua investigação é a ênfase dado ao compreender para crer, ao invés do crer para compreender.*

*A passagem destacada na questão está no capítulo IV da obra. Tal capítulo é dedicado à investigação de como se predicam de Deus as categorias. Estas categorias são, aqui, as categorias de Aristóteles. Boécio dá uma breve explicação sobre cada uma delas. Do seu ponto de vista, há ao todo dez categorias que podem ser universalmente predicadas de todas as coisas: substância, qualidade, quantidade, relação, lugar, tempo, condição, situação, atividade e passividade. Todas elas são determinadas pelo sujeito a que se referem.*

*Porém, quando se aplicam a outras coisas que não Deus, parte delas refere-se à substância, e outra parte, aos acidentes. Mas, quando estas categorias são aplicadas à divindade, todas elas se tornam substanciais. Alias, aplicada a Deus, algumas sequer podem ser entendidas da maneira como Aristóteles as concebia. É o caso, por exemplo, da categoria de relação, dado que ela não pode de modo algum ser predicada de Deus, pois a substância nEle não é propriamente substância, mas ultra-substância. Por isso, ao dizermos “Deus”, aparentemente estamos designando certa substância, mas, na verdade, estamos referindo aquela que é ultra-substância.*

*Portanto, entendidas como sendo substanciais, e jamais accidentais, as categorias – quando aplicadas a Deus – devem ser entendidas de um modo singular. Por exemplo, ao dizermos “justo” (aplicado a Deus), referimo-nos a uma qualidade, mas não à qualidade accidental, e sim à própria substância ou ultra-substância. Pois em Deus não é uma coisa ser, e outra, ser justo, mas é-Lhe idêntico ser Deus e ser justo. E quando dizemos “grande*



ou o maior”, parece que estamos referindo uma determinada quantidade; mas, no caso, é à própria substância ou, como dissemos, *ultra-substância*: para Deus é o mesmo ser e ser grande.

Em tese, a argumentação de Boécio é a de que, sendo as criaturas tão diferentes do Ser de Deus, nossa linguagem não é unívoca quando aplica as categorias às criaturas e a Deus. Por possuir todas as categorias de modo substancial, Deus é, quanto à sua forma, Um, o que exclui todas as possibilidades de existir pluralidade nele.

Dito isto, a resposta correta da questão é a alternativa (d), dado que, ao dizermos “Deus”, só podemos afirmar que há unidade entre o seu ser e toda e qualquer categoria dada a ele, seja grandeza, justiça, bondade, etc.

Por conseguinte:

- a alternativa (a) é incorreta porque não se pode aplicar a mesma categoria a Deus e ao homem de modo unívoco;
- a alternativa (b) é incorreta porque, embora não há hipótese alguma de que em Deus possa haver pluralidade, dado que Nele todas as categorias são essenciais, elas devem existir Nele de maneira integral e concomitante;
- a alternativa (c) é incorreta porque a relação entre Deus e os homens é de qualidade e não de contraste. Ou seja, não é que aquilo que é dado a Deus, os homens tenham em contrário. Mas, de modo qualitativo, aquilo que em Deus é essencial, no homem é acidental. Por exemplo, Deus é justo, substantiva e essencialmente, enquanto que os homens não são justos essencialmente.

## Questão 25

Uma ação praticada por dever deve ter o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende, portanto, da realidade do objeto da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada.

(Kant. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. (Coleção Os Pensadores)).

De acordo com essa passagem, pode-se concluir que o valor da ação moral em Kant é determinado

- a) pelos objetos que orientam a faculdade de desejar.
- b) por sua subordinação ao princípio do querer em geral.**
- c) pela validade objetiva dos objetos.
- d) por sua subordinação à vontade subjetivamente determinada.
- e) por sua conformidade ao dever.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (b), pois, segundo a moral kantiana, a verdadeira lei moral não pode brotar da experiência sensível, nem dos interesses particulares e nem mesmo de Deus. Se ela brotasse da experiência ou dos interesses não seria uma lei, visto que as experiências sensíveis e os interesses particulares são contingentes e limitados, enquanto que a lei moral é universalmente válida. E se ela brotasse da vontade divina seria uma imposição externa. Assim, a lei moral independe do sujeito, do objeto da vontade e até mesmo da vontade divina. Seu fundamento não está nem no que é agradável nem no que é útil ou no que traz felicidade, mas na condição a priori, pura, de determinação da*

*vontade sem a influência de nenhum objeto particular ou experiência sensível. É nessa condição pura da vontade, conformada à razão pura prática, que encontra-se a forma pura e universalmente válida do agir moral, o Imperativo Categórico.*

*O Imperativo Categórico determina a ação moral pela sua própria força de universalidade, não por alguma razão prática ou algum princípio ético externos a ela. Ele diz que a lei moral deve ser obedecida porque é a lei moral e por nenhuma outra razão. Seu fundamento é o próprio dever e, por isso mesmo, a moral que ele determina é uma moral autônoma. Se assim não fosse, baseado num fundamento intrínseco, o imperativo seria algo vindo de fora e a moral seria uma imposição heterônoma.*

*Em decorrência dessas posições assumidas por Kant, sua moral é, corretamente, chamada de “deontológica”, pois ela toma como fundamento único apenas o dever. Esta peculiaridade da moral kantiana redimensiona o sentido da ação moral. De acordo com ela, a ação moral não é mais aquela ação que persegue um fim considerado bom ou útil, mas aquela ação que realiza o Imperativo Categórico do dever, independentemente de qualquer outra motivação. Pois, para ela a ação moral reside na obediência à lei moral pura, isto é, na subordinação da ação ao princípio incondicionado do querer em geral.*

*Por conseguinte:*

- as alternativas (a) e (c) estão incorretas porque, segundo Kant, o valor da ação moral não é determinado pelos objetos externos ainda que estes sejam nobres e úteis;*
- a alternativa (d) é incorreta porque, segundo Kant, o valor da ação moral não é determinado pela subordinação à vontade subjetiva. Se fosse não haveria universalidade moral;*
- e a alternativa (e) também é incorreta porque o valor da ação moral não é determinado por sua conformidade ao dever, se fosse ela seria coagida por algo externo. E o seu valor, como foi visto, é determinado pela condição pura a priori do próprio querer.*

## Questão 26

Não há dúvida de que as virtudes morais podem existir sem certas virtudes intelectuais, como a sabedoria, a ciência e a arte; não o podem, porém, sem o intelecto e a prudência. Assim, não podem existir sem a prudência, por ser a virtude moral um hábito eletivo, isto é, que torna boa a eleição. Ora, para esta ser boa se exigem duas condições. A primeira é haver a devida intenção do fim; e isto se dá pela virtude moral, que inclina a potência apetitiva ao bem conveniente com a razão, que é o fim devido. A segunda é que nos sirvamos retamente dos meios, o que se não pode dar senão pela razão, que aconselha retamente, no julgar e no ordenar, o que pertence à prudência e às virtudes anexas...

(Tomás de Aquino. **Suma Teológica**).

Tendo como referência esse texto e a teoria das virtudes de Tomás de Aquino, analise as asserções a seguir.

Para Tomás de Aquino, há virtudes intelectuais que podem prescindir das virtudes morais, uma vez que não possuem ligação direta com a ação, mas não é o caso da virtude intelectual da prudência,

**porque**

a prudência consiste no intelecto prático, fazendo com que o homem não apenas conheça os princípios universais da razão, mas também leve em conta as diversas circunstâncias da vida humana.

Considerando essas assertivas, assinale a opção correta.

**a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**

- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*Tomás de Aquino concebe a ética como a ciência da ação humana. Neste contexto, o tema da virtude se torna central no seu pensamento moral.*

*Em tese, Tomás de Aquino concebe a virtude como hábito, ou seja, uma disposição, uma capacidade da natureza humana. Dado que, para ele, todos os atos humanos têm só dois princípios: o intelecto ou o apetite, que são os dois princípios motores no homem, toda a virtude humana há de forçosamente ser realizada a partir de um desses dois princípios. Se o hábito tiver como motor o intelecto especulativo ou prático, a virtude dele resultante será intelectual; se o hábito tiver como motor a parte apetitiva, a virtude será moral. Daí a distinção ente dois tipos de virtudes: as morais e as virtudes intelectuais. Enquanto as virtudes intelectuais aperfeiçoam o intelecto especulativo e prático, as virtudes morais aperfeiçoam a potência apetitiva.*

*Há certa independência de um grupo de virtudes em relação ao outro grupo. As virtudes morais, por exemplo, podem existir sem certas virtudes intelectuais. Mas é só sem algumas. Por exemplo, as virtudes morais não podem existir sem a prudência, pelo simples fato de a virtude moral ser um hábito que torna boa as escolhas ou a eleição das ações.*

*Para Tomás, a prudência é a virtude mais necessária à vida humana. Isso ocorre porque viver bem consiste em agir bem. Para*

*que tal ação ocorra é preciso não só realizar algo, mas fazê-lo também do modo certo. De acordo com Tomás, para que a eleição de uma ação seja boa se exigem duas condições. A primeira é haver um telos muito bem definido, isto é, a ação tem que ter um devido fim, o que só ocorre quando se inclina a potência apetitiva ao bem conveniente com a razão. A segunda condição é o da utilização correta dos meios, o que também não se dá sem o uso da razão, que aconselha justamente, no julgar e no ordenar, o que pertence à prudência e às demais virtudes a ela anexa. No fundo, a prudência deve reger todas as ações, o que faz com que ela seja necessária para bem viver.*

*A prudência consiste, assim, na utilização do intelecto prático, pelo qual somos capazes de não apenas conhecer os princípios universais da razão, como também saber como aplicar esses princípios nas diversas circunstâncias da vida humana.*

*Dito isto, podemos afirmar que tanto a primeira (“há virtudes intelectuais que podem prescindir das virtudes morais, uma vez que não possuem ligação direta com a ação, mas não é o caso da virtude intelectual da prudência”) quanto à segunda asserção da questão (“a prudência consiste no intelecto prático, fazendo com que o homem não apenas conheça os princípios universais da razão, mas também leve em conta as diversas circunstâncias da vida humana”) são verdadeiras, e que a segunda é, de fato uma justificação da primeira, porque a virtude da prudência nunca poderá ser prescindida. O que indica que a resposta correta da questão é a alternativa (a).*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (b) é incorreta porque, mesmo admitindo que as duas asserções sejam proposições verdadeiras, a segunda é uma justificativa correta da primeira;*
- as alternativas (c), (d) e (e) são incorretas porque as duas asserções são proposições verdadeiras.*

## Questão 27

Considere a seguinte frase: Se todo homem é mortal e Sócrates é homem, então Sócrates é mortal.

Essa frase é

I - um argumento com premissas e conclusão verdadeiras.

II - uma proposição com antecedente e consequente.

III - um argumento condicional verdadeiro.

IV - uma proposição condicional verdadeira.

V - um argumento categórico verdadeiro.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

**c) II e IV.**

d) II e V.

e) III e V.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão depende da definição de alguns conceitos básicos dos estudos da lógica. Trata-se dos conceitos de: argumento, proposição, frase.*

*Frase, ou Sentença<sup>2</sup>, é qualquer sequência de palavras gramaticalmente correta. Há vários tipos de frases. “Será que acertarei a questão?” é um exemplo de frase interrogativa. “Meus Deus!” é um*

---

<sup>2</sup> Há quem faça uma diferença entre uma frase e uma sentença. Tal distinção consiste em considerar a frase como uma parte da sentença. Por exemplo, na sentença “aqueles que perseveram serão bem sucedidos”, a expressão “aqueles que perseveram” é uma *frase*, ou seja, uma parte da sentença. Aqui assumiremos a posição predominante de considerar *frase* e *sentença* como sendo uma e mesma coisa.

*exemplo de frase exclamativa. “Fecha a porta!” é um exemplo de frase imperativa. “Hoje é Domingo” é um exemplo de frase afirmativa.*

*Uma Proposição é uma ideia expressa por uma frase declarativa/afirmativa, cujo significado está susceptível a um único valor de verdade: ou Verdadeira ou Falsa. São exemplos de proposições as seguintes frases: “A terra é redonda”; “Está chovendo”; “Trump é um bilionário americano”. Todas estas frases são proposições porque o valor de verdade de cada uma delas é passível de verificação.*

*Contudo, nem toda frase declarativa é uma proposição. Imagine que, numa sala de aula, alguém diga: “A cadeira está quebrada”, sem apontar para qualquer uma das cadeiras ali presentes. A expressão entre aspas é uma frase declarativa, mas não é uma proposição, pois, não é possível verificar o seu valor de verdade. Frases afirmativas que não expressam proposições são chamadas ‘enunciado’.*

*A relação entre frases e proposições se dá de tal forma que é possível ter:*

*a) duas frases que expressam a mesma proposição.*

*É o caso, por exemplo, das frases: “José quebrou a cadeira” e “A cadeira foi quebrada por José”. Duas frases, uma na voz ativa e a outra na voz passiva, mas uma única proposição, isto é, a ideia de que alguém (José) operou determinada ação (quebrou) sobre algo (a cadeira).*

*b) uma frase que expressa mais de uma proposição.*

*Ocorre em frases do tipo: “Todo homem ama uma mulher” e “José viu a moça com um binóculo”. A primeira frase pode expressar duas ideias, ou proposições, a saber: (1) a de que cada homem ama apenas uma mulher (sua mãe, por exemplo), ou, (2) a ideia de que todos os homens amam uma e a mesma mulher.*

*A segunda frase, por sua vez, pode expressar as seguintes proposições: (1) que Jose vê a moça, estando ele com um binóculo, ou, (2) que José vê a moça, estando ela com um binóculo.*



*Por fim, temos os argumentos. Um argumento não é um simples agrupamento de proposições. Ele é geralmente definido como sendo um conjunto de proposições tal que se afirme ser uma delas derivada logicamente da(s) outra(s). A proposição que é derivada logicamente das outras é chamada de conclusão; a(s) outra(s), da(s) qual(is) ela é derivada, é (são) chamada(s) de premissa(s). Nenhuma proposição simples, tomada em si mesma, isto é, isoladamente, é uma premissa ou conclusão. Ela é simplesmente uma proposição.*

*Os argumentos podem ser divididos em dois grupos: os dedutivos e os indutivos. Caracterizemos cada um deles.*

### *1. Argumentos Dedutivos*

- a) Argumentos cuja validade depende exclusivamente de sua forma lógica;*
- b) É logicamente impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa (argumento conclusivo);*
- c) são não-ampliativos, isto é, tudo o que está contido na conclusão já foi dito, ainda que implicitamente, nas premissas;*
- d) as premissas fornecem provas conclusivas;*
- e) São chamados válidos ou inválidos, sem admitir qualquer grau de validade.*

*Ex.: Todos os homens são mortais.*

*Sócrates é homem.*

*Sócrates é mortal.*

### *2. Argumentos Indutivos*

- a) são ampliativos, ou seja, a conclusão diz mais do que é afirmado nas premissas;*
- b) as premissas fornecem provas não conclusivas. A conclusão não é conclusiva, apenas muito provável;*
- c) São chamados de fortes ou fracos, segundo o grau de probabilidade.*

*Ex.: Essa vacina funciona bem em macacos.  
Essa vacina funciona bem em ratos.  
Essa vacina funciona bem em porcos.  
Logo, essa irá funcionar bem em seres humanos.*

*Com tais conceitos em mente, podemos responder a questão com maior precisão. Inicialmente, basta uma leitura atenta da sentença da questão para logo percebermos um caminho seguro para chegarmos à sua resposta correta. A questão começa com a expressão: “Considere a seguinte frase”. Ora, se é uma frase, não poderá ser um argumento, pois nenhuma frase isolada será um argumento. Isso já nos indica que os itens I, III e V estão errados e, portanto, as letras (a), (b), (d) e (e) não podem ser a resposta correta.*

*A frase: “Se todo homem é mortal e Sócrates é homem, então Sócrates é mortal” é uma proposição regida pelo conectivo lógico “se..., então”. Isto a torna proposição condicional, isto é, uma proposição que contém um antecedente, que é toda a expressão submetida ao domínio do “se” (no caso, “todo homem é mortal e Sócrates é homem”), e um conseqüente, toda a expressão submetida ao domínio do então (no caso, Sócrates é mortal). Além disso, dado o conteúdo da proposição, ela é verdadeira.*

*Portanto, a frase do enunciado da questão é uma proposição condicional e, por isso mesmo, com antecedente e conseqüente, e é verdadeira. A resposta correta da questão é a letra (c).*

*Por conseguinte:*

*- as alternativas (a), (b), (d) e (e) são incorretas, já que os itens (I), (III) e (V) são falsos, por afirmarem que a frase em questão é um argumento.*

## Questão 28

O existencialista não tem pejo em declarar que o homem é angústia. Significa isso: o homem ligado por um compromisso e que se dá conta de que não é apenas aquele que escolhe ser, mas de que é também um legislador pronto a escolher, ao mesmo tempo que a si mesmo, a humanidade inteira, não poderia escapar do sentimento da sua total e profunda responsabilidade.

(Jean-Paul Sartre. **O existencialismo é um humanismo.** (Coleção Os Pensadores)).

Tendo como referência esse texto, analise as asserções seguintes.

Para Sartre, dando-se conta de que suas escolhas repercutem além de si mesmo, envolvendo a humanidade inteira, o homem sente angústia,

### porque

tem diante de si um compromisso que vai além de sua capacidade, pois nem mesmo suas escolhas individuais são livres, já que as contingências da vida determinam sua existência e sua essência.

Com base nas afirmativas acima, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.**
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- e) Tanto a primeira como a segunda asserções são proposições falsas.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (c), pois, de fato, Sartre assume que as escolhas do homem repercutem além dele, elas envolvem a humanidade inteira, na verdade, mas não que o homem tenha diante de si um compromisso pré-definido nem que nem que as contingências da vida determinem sua existência.*

*Na concepção de Sartre, o homem distingue-se dos demais animais por ser dotado de consciência. O homem não somente sabe, mas ele também sabe que sabe. No homem, consciência e ser não apenas se contrapõem ou se distinguem, mas são inimigos mortais. A consciência devora o ser, ela o consome e o aniquila num interminável processo de nulificação, porque a consciência é vazio de ser. A consciência é puro não-ser. Ela é pura vontade de ser. Ela é constante projetar-se no ser. E o ser, por sua vez, é definido, pleno em si mesmo. O ser não pode ser mais ser, ele, demasiadamente já é e não pode ser mais.*

*Ao identificar a consciência com o vazio, o não-ser, Sartre acentua a incompletude dela como característica central. A consciência surge incompleta, vive incompleta e morre incompleta. Ela sempre pode escolher ser algo mais. Ela é indefinição e vazio ontológico, liberdade pura e radical. Por isso, o homem, dotado de consciência, é livre de tudo, menos de ser livre.*

*De acordo com Sartre, a liberdade não é uma propriedade do homem entre várias outras. A liberdade é o constitutivo último e fundamental do homem. Ela é sua essência. Portanto, a liberdade não é uma escolha que o homem faz. Ela é o próprio modo de ser do homem. O homem é condenado a ser livre. O homem é condenado a escolher sempre. E como todas as escolhas são iguais, porque todas são possíveis, o homem experimenta a angústia de escolher sozinho. Ninguém pode ajudá-lo, nenhuma moral ou norma pode lhe dar algum suporte. Ele, e somente ele, tem que fazer as escolhas. A liberdade mesma é sua norma. O que não justifica dizer que as escolhas naufragam na libertinagem, pois, apesar das*

*escolhas serem todas iguais, as escolhas que o homem faz se tornam diferentes. Elas se tornam diferentes de todas as escolhas possíveis, porque elas foram escolhidas; elas se tornaram escolhas humanas.*

*O peso da liberdade, que condena o homem a escolher sempre e a escolher sozinho, faz o homem experimentar a angústia. A responsabilidade de escolher e de saber que as escolhas feitas se tornam escolhas humanas, que todos podem escolher do mesmo modo, aprofunda ainda mais a experiência da angústia. E assim revelada, a angústia manifesta à consciência toda a radicalidade da liberdade e a perene modificabilidade da escolha original, a escolha primeira, visto que nenhuma contingência da vida determina a existência ou a essência do homem.*

*Por conseguinte:*

*- as alternativas (a) e (b) são incorretas, porque elas mantêm que as duas proposições apresentadas são verdadeiras quando, na verdade, somente a primeira é verdadeira. Para Sartre, o ser humano é essencialmente livre, sua liberdade não é uma propriedade da sua essência, ela é sua própria essência. Nada condiciona sua escolha fundamental. Ele é o que escolhe ser;*

*- as alternativas (d) e (e) são incorretas, porque elas mantêm que a primeira proposição é falsa quando, na verdade, somente a segunda é falsa. O homem sabe que sua escolha fundamental pode ser modificada a qualquer momento e a responsabilidade de fazê-la, bem como de mantê-la ou alterá-la, sem que alguém ou alguma moral possa ajudá-lo, o faz experimentar a angústia. Ele sabe que sua escolha o compromete, que toda a humanidade está implicada nela e que todos, igualmente, podem fazê-la também. Ele sabe que ele, somente ele, é responsável por sua escolha e sente angústia.*

### Questão 29

No texto a seguir, Descartes formula o preceito inicial de suas regras do método: “O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida”.

(R. Descartes. **Discurso do método**. (Coleção Os Pensadores)).

A partir desse texto, julgue os seguintes itens.

I - No conhecimento da verdade, a dúvida antecede a evidência.

II - No conhecimento da verdade, a evidência antecede a dúvida.

III - Clareza e distinção são critérios para o reconhecimento da verdade.

IV - Sob o ponto de vista metodológico, o conhecimento independe do “eu”.

V - O acesso à verdade depende das circunstâncias ocasionais vividas pelo “eu”.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

**b) I e III.**

c) II e V.

d) III e IV.

e) IV e V.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (b), pois, das asserções feitas acima, apenas as asserções I e III são verdadeiras. Sem dúvida, diante do colapso do sistema medieval, Descartes percebeu que era preciso um método novo, não somente capaz de guiar o homem na pesquisa, mas, sobretudo, que fosse um fundamento sólido da própria verdade. Seu esforço em busca de um método seguro, então, traduziu-se num original empenho para encontrar regras fáceis de serem observadas e capazes de permitir que nenhum daqueles que tenham o cuidado de observá-las venham a tomar como verdadeiro aquilo que é falso. No seu texto Regras para a Direção do Espírito, por exemplo, ele chegou a indicar vinte e uma regras. Mas, no magistral texto Discurso Sobre o Método, ele terminou por condensar todas elas nas suas famosas quatro regras do método, a saber, a regra da evidência, a regra da divisão exaustiva, a regra da síntese cuidadosa e a regra enumeração completa.*

*A primeira regra do método, cujo preceito principal é abordado na presente questão, pode ser designada como regra da evidência. Nela, Descartes propõe que não se aceite como verdadeiro nada que não seja evidente. E para que se possa tornar isso possível, ele propõe que, evitando todo tipo de precipitação, não se faça nunca juízos sobre coisas que não se apresentem de modo claro e distinto diante da mente. A percepção clara é aquela que está presente e aberta à mente. E a percepção distinta é aquela percepção que, de tão clara, é perfeitamente distinguida das outras que, de modo similar, nada contém além do que é claro também.*

*A importância desta regra é de máxima grandeza. Ela contém um verdadeiro princípio normativo, pois, não somente reconhece que a dúvida precede a evidência e que deve ser dissipada antes que o juízo atue, mas, sobretudo, ela estabelece a clareza e a evidência como critérios para reconhecer a verdade.*

*A segunda regra do método de Descartes determina que cada problema investigado deve ser exaustivamente dividido, em tantas partes quanto for possível e necessário, para melhor resolvê-lo. Ela abre caminho para o objetivo maior, já estabelecido pela primeira regra, que é alcançar a clareza necessária para obter a evidência almejada, antes de qualquer juízo.*

*A terceira regra do método prescreve a síntese cuidadosa, começando pelos objetos mais simples, até chegar à recomposição do que foi cuidadosamente dividido e analisado.*

*E a quarta regra, visando impedir toda e qualquer precipitação, prescreve que se verifique atentamente os passos dados e certifique-se de que nada ficou esquecido. Ela fecha o processo, cautelosamente, determinando a revisão e a enumeração completas.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (a) é incorreta, pois, apesar da frase I ser verdadeira, a frase II é falsa, uma vez que a evidência não antecede a dúvida, ela emerge exatamente após a superação da dúvida;*
- As alternativas (c), (d) e (e) são incorretas, visto que, apesar da asserção III ser verdadeira, as asserções II, IV e V são falsas. O acesso à verdade se dá na própria natureza do “eu”, ele independe das circunstâncias vividas pela “eu”. Ele depende do sujeito apenas metodologicamente, isto é, depende do sujeito, cuidadosamente, voltar-se para a verdade, passo a passo, com o método certo.*



### Questão 30

(...) se a razão só por si não determina suficientemente a vontade, se está ainda sujeita a condições subjetivas (a certos móveis) que não coincidem sempre com as objetivas; numa palavra, se a vontade não é em si plenamente conforme à razão (como acontece realmente entre os homens), então as ações, que objetivamente são reconhecidas como necessárias, são subjetivamente contingentes, e a determinação de uma tal vontade, conforme a leis objetivas, é obrigação.

(Kant. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. (Coleção Os Pensadores). Segunda Seção, §12).

De acordo com esse texto, é correto afirmar que as inclinações

- a) tornam a lei moral subjetiva.
- b) determinam a vontade objetivamente.
- c) fazem que a lei moral seja vivenciada como uma obrigação.**
- d) possuem caráter imperativo.
- e) são parte da natureza humana como ser racional.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A resposta correta desta questão é a alternativa (c), haja vista que a posição de Kant, quanto às determinações das inclinações da vontade, é que elas são subjetivas, particulares e desprovidas de valor moral verdadeiro.*

*De acordo com Kant, se a razão pura prática não determina a vontade, então, as ações necessárias e a determinação da vontade se tornam uma imposição extrínseca. A vontade pode ou não ser determinada pela razão; se ela não é determinada pela razão, então sua determinação será produto de alguma força externa e sua ação já não será livre.*

*Kant considera a razão pura prática como a única capaz de determinar a vontade e a ação moral corretamente. A razão pura prática não se inclina para os interesses ou para os objetivos particulares. Se isso acontecer ela deixa de ser a razão pura prática e torna-se razão prática empiricamente condicionada. É contra essa razão prática condicionada empiricamente que Kant dirigiu sua segunda crítica, a Crítica da Razão Prática. Segundo ela, a razão pura prática, diferentemente da razão prática, consegue guiar moralmente a vontade porque ela contém os princípios morais universalmente válidos, isto é, válidos para todos.*

*No texto Fundamentos da Metafísica dos Costumes, Kant chama os princípios morais universais da razão pura prática de princípios práticos. São os princípios práticos da razão pura, dos quais decorrem as regras práticas particulares, que determinam a vontade de modo moralmente válido. Eles são classificados por Kant como máximas e imperativos. Os princípios práticos considerados máximas, são aqueles de caráter objetivo, no sentido de que são válidos apenas para os que se propõe eles, não para todos. “Vingar-se das ofensas sofridas”, por exemplo, é uma dessas máximas. Já os princípios práticos que são imperativos, estes são universais, eles são válidos para todos. Eles constituem os deveres que expressam a necessidade objetiva da razão. Se acontecesse da razão determinar totalmente a vontade, a razão seria exatamente como os imperativos determinam. Mas, lamentavelmente, acontecem intervenções de fatores emocionais e empíricos que quase sempre desviam a vontade dos imperativos da razão.*

*É importante também notar que os imperativos da razão pura prática são de dois tipos: hipotéticos e categóricos. Os imperativos hipotéticos determinam a vontade sob alguma condição, caso contrário, eles não valem. Eles só valem na hipótese da vontade querer alcançar tais e tais objetivos. Mas, deve-se lembrar, eles valem objetivamente para todos que se propõem tais objetivos. Já os imperativos categóricos, estes valem para todos indistintamente. Eles determinam a vontade como vontade, não em*

*vista de algum fim desejado. Eles não dizem se tu queres... tu deves, mas, sim, tu deves... e pronto!*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (a) é incorreta, pois, as inclinações da vontade não tornam a lei moral subjetiva, mas, sim, a razão pura prática;*
- a alternativa (b) é incorreta porque as inclinações subjetivas determinam a vontade de modo subjetivo e contingente, não de modo objetivo. Somente a razão, por meio dos preceitos práticos puros, é que pode determinar a vontade objetivamente;*
- a alternativa (d) é incorreta porque as inclinações da vontade são todas particulares e desprovidas de necessidade, elas não possuem caráter imperativo. Os preceitos gerais da razão pura prática é que possuem caráter imperativo;*
- e a alternativa (e) também é incorreta porque o texto citado não está tratando as inclinações da vontade como parte da natureza humana, mas sim como objeto da reflexão moral.*

### Questão 31

Considere o seguinte argumento:

A esmeralda  $E_1$  é verde.

A esmeralda  $E_2$  é verde.

.

.

.

A esmeralda  $E_n$  é verde.

Logo, a esmeralda  $E_{n+1}$  é verde.

Esse argumento é

I - uma dedução, cujas premissas têm como consequência uma conclusão verdadeira.

II - uma abdução, cuja conclusão explica aquilo que está enunciado nas premissas.

III - uma indução, cujas premissas podem ser verdadeiras e a conclusão pode ser falsa.

IV - um argumento cuja conclusão sempre preserva a suposta verdade das premissas.

V - um argumento cuja conclusão não preserva a suposta verdade das premissas.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) II e V.

**e) III e V.**

## RESPOSTA COMENTADA:

*A questão se insere num contexto do tema argumento. Um argumento não é um simples agrupamento de proposições. Ele é geralmente definido como sendo um conjunto de proposições tal que se afirma ser uma delas derivada logicamente da(s) outra(s). A proposição que é derivada logicamente das outras é chamada de conclusão; a(s) outra(s), da(s) qual(is) ela é derivada, é (são) chamada(s) de premissa(s). Nenhuma proposição simples tomada em si mesma, isoladamente, é uma premissa ou conclusão. É simplesmente uma proposição.*

*Os argumentos podem ser divididos em dois grupos: os dedutivos e os indutivos. As características de cada um deles são as seguintes.*

### *1. Argumentos Dedutivos*

- a) argumentos cuja validade depende exclusivamente de sua forma lógica;*
- b) é logicamente impossível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa;*
- c) são não-ampliativos, isto é, tudo o que está contido na conclusão já foi dito, ainda que implicitamente, nas premissas;*
- d) as premissas fornecem provas conclusivas;*
- e) São chamados válidos ou inválidos, sem admitir graus de validade.*

*Ex.: Todos os homens são mortais.  
Sócrates é homem.  
Sócrates é mortal.*

### *2. Argumentos Indutivos*

- a) são ampliativos, ou seja, a conclusão diz mais do que é afirmado nas premissas;*

- b) as premissas fornecem provas não conclusivas, ou seja, a conclusão não é conclusiva, apenas muito provável;*
- c) São chamados fortes ou fracos, segundo o grau de probabilidade.*

*Ex.: Essa vacina funciona bem em macacos.  
Essa vacina funciona bem em ratos.  
Essa vacina funciona bem em porcos.  
Logo, essa irá funcionar bem em seres humanos.*

*Ao voltarmos para o enunciado da questão, logo perceberemos que se trata de um argumento indutivo. Assim, a resposta correta da questão é a letra (e), pois são verdadeiros os itens (III) e (V), apenas.*

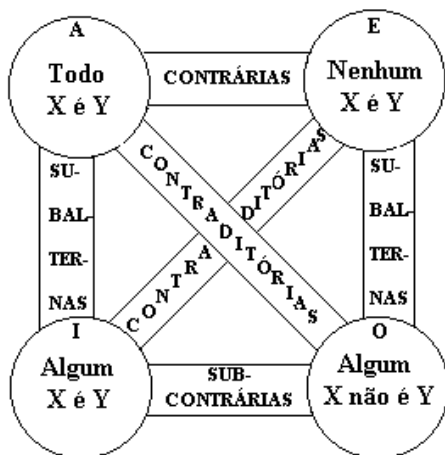
- O item (III) é verdadeiro porque, de fato, temos um argumento indutivo e, por isso mesmo, as premissas podem ser verdadeiras e a conclusão pode ser falsa;*
- O item (V) é verdadeiro porque, por ser um argumento não conclusivo, a conclusão de um argumento indutivo não preserva a suposta verdade das premissas.*

*Por conseguinte, as alternativas (a), (b), (c) e (d) são incorretas, já que os itens (I), (II) e (IV) são falsos:*

- o item (I) é falso porque não se trata de uma dedução;*
- o item (II) é falso porque, embora a abdução seja uma forma de inferência, a conclusão do argumento não explica aquilo que está enunciado nas premissas;*
- o item (IV) é falso porque, por ser um argumento não conclusivo, a conclusão de um argumento indutivo não preserva a suposta verdade das premissas.*

### Questão 32

Considere o seguinte quadro de oposições.



Se  $X = \emptyset$ , isto é, se X for vazio, então o conteúdo existencial das mencionadas proposições de tipos A, E, I e O será tal que

- I - as proposições dos tipos A e E serão verdadeiras.
- II - as proposições dos tipos I e O serão verdadeiras.
- III - as proposições dos tipos I e O serão falsas.
- IV - as proposições dos tipos A e E serão falsas.
- V - as proposições dos tipos A e I serão falsas.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) II e V.
- e) III e V.

**(QUESTÃO ANULADA)**

### Questão 33

Considere que “ $\neg$ ”, “ $\wedge$ ” e “ $\rightarrow$ ” são, respectivamente, símbolos para a negação (“não”), conjunção (“e”) e condicional material (“se..., então...”) e que “p” e “q” são variáveis proposicionais. Ao se empregar os procedimentos das tabelas veritativas e, em seguida, do cálculo proposicional, pode-se concluir que a fórmula

$$“(p \rightarrow q) \rightarrow \neg(p \wedge \neg q)”.$$

- I - é uma contingência.
- II - é uma contradição.
- III - é uma tautologia.
- IV - é um teorema.
- V - não é um teorema.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e V.
- d) III e IV.**
- e) III e V.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*Esta questão de lógica proposicional é relativamente fácil. Uma maneira de resolvê-la é utilizando o recurso lógico da Tabela Verdade.*

*A Tabela de Verdade é um diagrama contendo todas as combinações dos valores de verdade possíveis para as letras que representam proposições numa dada fórmula lógica, cujo intuito é o de verificar sua verdade ou falsidade em cada caso. Caso se verifique que as combinações dos valores de verdade possíveis são todas verdadeiras, a fórmula lógica analisada é uma Tautologia. Se*



se verificar que tais combinações são todas falsas, a fórmula lógica analisada é uma Contradição. Quando se verificar que, no conjunto das combinações dos valores de verdade possíveis de uma fórmula lógica, algumas combinações são verdadeiras e outras são falsas, a fórmula lógica é uma Contingência.

A fórmula lógica:  $(p \vee \neg p)$  é uma tautologia;  
 A fórmula lógica  $(p \wedge \neg p)$  é uma contradição;  
 A fórmula lógica  $(p \rightarrow q)$  é uma contingência.

Para melhor compreender isto, precisamos entender como operam os conectivos lógicos. Tais conectivos são operadores verofuncionais, através dos quais podemos determinar os valores de verdade da sentença resultante das sentenças por eles conectadas.

Cinco são os conectivos lógicos:

1. A **negação** ( $\neg$ ) é utilizada para inverter o valor de verdade.
2. A **conjunção** ( $\wedge$ ) serve para unir sentença simples numa composição ligada por “e”.
3. A **disjunção** ( $\vee$ ) serve para unir sentenças simples numa composição ligada por “ou”.
4. Proposições do tipo “se ... então” são conectadas com operador **condicional** ( $\rightarrow$ ).
5. Por fim, temos o operador **bi-condicional** ( $\leftrightarrow$ ), que conecta sentenças por meio da expressão “se, e somente se”.

As tabelas de verdade destes conectivos são:

1. *Negação*

$p$	$\neg p$
V	F
F	V

2. Conjunção – Só é verdadeira se ambas as sentenças ligadas pelo conectivo também forem verdadeiras.

$p$	$q$	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Disjunção – Só é falsa se ambas as sentenças ligadas pelo conectivo também forem falsas.

$p$	$q$	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

4. Condicional – Só é falsa se o antecedente for verdadeiro e o conseqüente falso.

$p$	$q$	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

5. Bi-condicional – Só é verdadeira quando ambas as partes possuem o mesmo valor de verdade.

$p$	$q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Diante destas informações, podemos voltar ao enunciado da questão e fazer o julgamento da fórmula lógica “ $(p \rightarrow q) \rightarrow \neg(p \wedge \neg q)$ ”. Um bom caminho para isto é o de expor cada etapa da fórmula em colunas, e proceder com as operações do cálculo proposicional.

1	2	3	4	5	6	7
$p$	$q$	$\neg$ $q$	$p \rightarrow$ $q$	$p \wedge$ $\neg q$	$\neg(p \wedge$ $\neg q)$	$(p \rightarrow q) \rightarrow$ $\neg(p \wedge \neg q)$
V	V	F	V	F	V	V
V	F	V	F	V	F	V
F	V	F	V	F	V	V
F	F	V	V	F	V	V

*Explicação:*

*Colunas 1 e 2 = relação das combinações possíveis dos valores de verdade de p e q;*

*Coluna 3 = negação do valor dos valores de verdade de q. Valores de verdade invertidos;*

*Coluna 4 = a condicional que é a antecedente da fórmula analisada. Cálculo feito a partir dos valores de verdade das colunas 1 e 2;*

*Coluna 5 = a conjunção que é parte do conseqüente da fórmula analisada. Cálculo feito a partir dos valores de verdade das colunas 1 e 3;*

*Coluna 6 = o verdadeiro conseqüente da fórmula analisada. A negação dos valores de verdade da coluna 5;*

*Coluna 7 = Cálculo da fórmula lógica sob análise. Opera-se a partir dos valores de verdade das colunas 4 e 6.*

*Baseado nesta análise, constatamos que a fórmula sob análise é uma tautologia, dado que as combinações dos valores de*

*verdade possíveis são todas verdadeiras. Além disto, convém destacar ainda que, além de tautológica (e talvez exatamente por isso), esta fórmula também é um teorema. Assim como na matemática, a lógica concebe um teorema como uma fórmula que pode ser demonstrada de maneira lógica a partir de um axioma (fórmula que não precisa de demonstração) ou de outros teoremas que tenham sido previamente demonstrados. Tais processos de demonstração são realizados por meio de determinadas regras de inferência, semelhantes a que nós acabamos de fazer.*

*Assim, a resposta correta da questão é a letra (d) porque, além de ser uma tautologia, a fórmula analisada é também um teorema.*

*Por conseguinte, as alternativas (a), (b), (c) e (e) são incorretas porque os itens (I), (II) e (V) são falsos:*

- o item (I) é falso porque a fórmula não é uma contingência;*
- o item (II) é falso porque a fórmula não é uma contradição;*
- o item (V) é falso porque a fórmula é, de fato, um teorema.*

**Questão 34**

Considere que “ $\neg$ ”, “ $\wedge$ ”, “ $\vee$ ” e “ $\rightarrow$ ” são, respectivamente, símbolos para a negação (“não”), conjunção (“e”), disjunção (“e/ou”) e para o condicional material (“se..., então...”) e que “ $\forall$ ” e “ $\exists$ ” são, respectivamente, o quantificador universal e o quantificador existencial. Considere, ainda que “ $Px$ ”, “ $Qx$ ”, “ $Rx$ ” e “ $Sx$ ” são predicados monádicos (ou de aridade 1) e que as fórmulas “ $\forall x[Px \rightarrow (Qx \vee Rx)]$ ” e “ $\forall x\neg(Qx \vee Rx)$ ” são premissas de um argumento. As conclusões dedutíveis dessas premissas estão contidas nas fórmulas

I.  $\forall x(Px \rightarrow \neg Sx)$ .

II.  $\neg \exists x \neg Px$ .

III.  $\exists x(Qx \vee Qx)$ .

IV.  $\forall x\neg(Px \wedge Sx)$ .

V.  $\exists x(Rx \wedge Rx)$ .

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

**b) I e IV.**

c) II e IV.

d) II e V.

e) III e V.

**RESPOSTA COMENTADA:**

*A questão em apreço é claramente um exercício de Lógica de Predicados. Conhecida também como Cálculo Quantificacional Clássico, Cálculo de predicados de 1ª Ordem, ou mesmo Teoria da Quantificação, a Lógica de Predicados difere da Lógica Proposicional Clássica e da Silogística Aristotélica por: (1) assumir como menor unidade de análise lógica partes da proposição e não a*

*proposição como um todo (como no caso da Lógica Proposicional); e (2) por inserir, em sua sintaxe, os quantificadores.*

*Há várias maneiras de se fazer a questão. Uma delas, e talvez a menos complicada, passa pelo cumprimento de quatro passos específicos:*

- (1) eliminar o quantificador universal das premissas indicadas no enunciado da questão;*
- (2) após a eliminação do quantificador, devemos fazer as devidas operações lógicas entre tais premissas para sabermos a conclusão;*
- (3) inserir novamente o quantificador;*
- (4) aplicar as leis De Morgan sobre a conclusão para obter a resposta correta.*

#### Primeiro passo: eliminação do quantificador universal

*Para operar a eliminação do quantificador universal, é necessário inserir uma constante individual (“g”, por exemplo) no lugar da variável individual “x”. A eliminação do quantificador está alicerçada na seguinte regra lógica: dada uma fórmula geral com o quantificador universal (e, por isso, em que todos os objetos de um dado domínio satisfazem certa propriedade), podemos inferir a conclusão de que um dado objeto desse domínio satisfaz esta propriedade. No caso apresentado na questão, ao eliminarmos o quantificador universal das fórmulas gerais “ $\forall x[Px \rightarrow (Qx \vee Rx)]$ ” e “ $\forall x \neg(Qx \vee Rx)$ ”, obteremos as seguintes expressões moleculares: “ $Pg \rightarrow (Qg \vee Rg)$ ” e “ $\neg(Qg \vee Rg)$ ”.*

#### Segundo passo: fazer as devidas operações lógicas entre as premissas para extrair a conclusão

*De acordo com o enunciado da questão, as expressões moleculares “ $Pg \rightarrow (Qg \vee Rg)$ ” e “ $\neg(Qg \vee Rg)$ ” são premissas de um argumento. Se atenciosamente consideradas, não demorará muito*

para constarmos que elas fazem parte de um argumento cuja estrutura formal é a de um Modus Tollens.

Em tese, um Modus Tollens é uma forma válida de argumento composto de duas premissas, das quais a primeira é uma proposição condicional do tipo “se-então”, e a segunda é a negação do conseqüente desta condicional. Disto resulta a conclusão da negação do antecedente. Nos termos da questão analisada, temos:

Premissa 1:  $Pg \rightarrow (Qg \vee Rg)$

Premissa 2:  $\neg(Qg \vee Rg)$

Conclusão:  $\neg Pg$

### Terceiro passo: inserir novamente o quantificador

Portanto, do Modus Tollens acima apresentado, obtivemos a conclusão  $\neg Pg$ . Ora, dado que tal conclusão foi obtida por meio da eliminação de um quantificador universal (e, portanto, válida para um indivíduo qualquer), e que não fizemos nenhuma alteração especial a respeito da dedução feita, essa dedução tem caráter geral e, por isso mesmo, é legítimo proceder à inserção do quantificador eliminado, uma vez que ele só foi eliminado para que pudéssemos realizar as operações lógicas necessárias à obtenção da conclusão do argumento. Assim, inserindo novamente o quantificador, a fórmula atômica  $\neg Pg$  (que é a conclusão), torna-se uma fórmula geral  $\forall x \neg Px$ .

### Quarto passo: aplicar as leis de Morgan sobre a conclusão para obter a resposta correta

Contudo, essa não é a única conclusão possível das premissas indicadas, dado que a ela podemos aplicar algumas regras da lógica, que serão indispensáveis para a obtenção da resposta correta da questão. As regras que precisamos para alcançar tal resposta são as regras da disjunção e as regras de dedução contidas nas chamadas leis de Morgan.

A regra da disjunção é simples: dada uma proposição qualquer, “p”, por exemplo, qualquer outra proposição poderá ser acrescentada a ela por meio da disjunção, sem causar qualquer

alteração no seu valor de verdade. Assim, e para corresponder às alternativas da resposta da questão, acrescentaremos  $\neg Sx$  numa disjunção com a conclusão  $\neg Px$ . Deste modo, a segunda conclusão dedutível possível é “ $\neg Px \vee \neg Sx$ ”. Considerando as regras de introdução do quantificador, tal sentença é simbolicamente representada como:  $\forall x (\neg Px \vee \neg Sx)$ . Repare que a inserção de  $\neg Sx$  só se justifica por causa das alternativas dadas na questão

As outras regras que precisamos para obter a resposta certa são as leis de Morgan. Os teoremas De Morgan, como também são conhecidas, são regras propostas no âmbito da lógica proposicional, que tem como objetivo converter operações lógicas, sobretudo a relação entre os conectivos “ $\rightarrow$ ”, “ $\wedge$ ”, “ $\vee$ ”. De modo simples, as conversões são as seguintes. Dadas duas proposições “p” e “q”, temos:

$$(p \rightarrow q) \equiv (\neg p \vee q) \equiv \neg(p \wedge \neg q)$$

Obs.:  $\equiv$  é o símbolo de equivalência lógica

Aplicando tais leis à expressão “ $\forall x (\neg Px \vee \neg Sx)$ ”, temos as seguintes equivalências lógicas:

$$\forall x (\neg Px \vee \neg Sx) \equiv \forall x (Px \rightarrow \neg Sx) \equiv \forall x \neg (Px \wedge Sx)$$

As duas equivalências final são exatamente os itens verdadeiros da resposta da questão. Portanto, a alternativa correta é a letra (b).

Por conseguinte, as alternativas (a), (c), (d) e (e) são incorretas porque os itens (II), (III) e (V) são falsos:

- o item (II) é falso porque  $\neg \exists x \neg Px$  é a negação da primeira conclusão da questão, a saber,  $\forall x \neg Px$ ;
- os itens (III) e (V) são falsos porque nada dizem sobre a pergunta da questão.



### Questão 35

Julgamos conhecer cientificamente cada coisa, de modo absoluto e, não, à maneira sofisticada, por acidente, quando julgamos conhecer a causa pela qual a coisa é, que ela é a sua causa e que não pode ser de outra maneira.

(Aristóteles. **Segundos Analíticos**, I ,2, 71b 9-12 *apud* Oswaldo Porchat. Ciência e dialética em Aristóteles).

No que concerne a esse texto à teoria aristotélica da ciência, julgue os itens subsequentes.

I - Um conhecimento é qualificado como científico, quando há a presença conjunta de causalidade e necessidade.

II - A ciência não explica por que as coisas acontecem, mas descreve como acontecem.

III - A ciência diz respeito aos aspectos contingentes do individual.

IV - O conhecimento científico é um tipo de saber que se estabelece por meio da demonstração.

V - Há ciência do que é invariante nas coisas cambiantes e nos seus modos de mudança.

Estão certos apenas os itens

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

**c) I, IV e V.**

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*De acordo com os pressupostos assumidos pelo realismo aristotélico, conhecer cientificamente uma coisa é apreender a causa pela qual essa coisa é. Contudo, a causa aqui envolvida é a causa pela qual a coisa é e não pode ser de outra maneira. Trata-se, portanto, de conhecer a causa necessária pela qual a coisa é. Resulta disso que o objeto de estudo da ciência é, no sentido próprio, alguma coisa que não pode ser outra que aquela que ela é. Nesses termos, a causalidade e a necessidade são elementos definidores da concepção aristotélica de conhecimento científico.*

*Para Aristóteles, dizer qual é a causa necessária do ser de uma coisa é dizer se ela é: verdadeira (corresponda aos fatos), necessária (não pode ser diferente), universal (válida para todos os objetos e todos os tempos – eterna). Por ser um conhecimento verdadeiro, necessário e universal, o conhecimento científico é um conhecimento demonstrativo porque sempre válido. Isto faz com que o conhecimento científico seja o conhecimento em sentido absoluto. Esse “modo absoluto” de conhecer contrasta com o tipo de conhecimento por acidente, defendido pelos sofistas.*

*Assim, a resposta correta da questão é a alternativa (c), pois são verdadeiros os itens (I), (IV) e (V).*

*- o item (I) é verdadeiro porque a causalidade e a necessidade são elementos definidores da concepção aristotélica de conhecimento científico;*

*- o item (IV) é verdadeiro porque, por ser um conhecimento verdadeiro, necessário e universal, o conhecimento científico é um conhecimento demonstrativo;*

*- o item (V) é verdadeiro porque só há ciência quando se conhece a causa necessária pela qual a coisa é. Conhecer a causa necessária de uma coisa é conhecer aquilo que torna a coisa o que ela é, é conhecer aquilo que, nela, não varia nem muda, pois, caso mudasse ou variasse, ela deixaria de ser o que é.*

*Por conseguinte, as alternativas (a), (b), (d) e (e) são incorretas porque os itens (II) e (III) são falsos:*

- o item (II) é falso porque, por ser o conhecimento das causas, o conhecimento científico explica os por que as coisas acontecem. Não se trata, portanto, de uma mera descrição;*
- o item (III) é falso porque o conhecimento científico diz respeito a aspectos necessários das coisas e não a seus aspectos contingentes.*

### Questão 36

Ao investigar se a existência de Deus se impõe imediatamente à inteligência humana, Tomás de Aquino conclui: “A proposição Deus existe, enquanto tal, é evidente por si, porque nela o predicado é idêntico ao sujeito. Deus é seu próprio ser (...) Mas, como não conhecemos a essência de Deus, essa proposição não é evidente para nós, precisa ser demonstrada por meio do que é mais conhecido para nós, ainda que por sua natureza seja menos conhecido, isto é, pelos efeitos”.

(Tomás de Aquino. **Suma de Teologia, I, q.2, a.1.** Tradução: Editora Loyola).

Considerando o texto acima e o tipo de abordagem de Tomás de Aquino acerca da existência de Deus, julgue os itens seguintes.

I - Todo homem possui um conhecimento *a priori* da existência de Deus.

II - A existência de Deus pode ser afirmada por intermédio da reflexão sobre os fenômenos deste mundo.

III - Do predicado da proposição “Deus existe”, o homem infere imediatamente a existência divina.

IV - Tomás de Aquino atribui a Anselmo a tese de que a existência de Deus é evidente por si mesma.

V - A propósito da substância divina, a inteligência humana pode conhecer o “que ela é”.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.**
- c) III e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

*RESPOSTA COMENTADA:*

*A filosofia de Tomas de Aquino é marcada pelo que muitos chamam de perfeito equilíbrio nas relações entre a Fé e Razão, entre a teologia e a filosofia.*

*Para Tomás, há diferentes tipos de conhecimento. Por um lado, temos o conhecimento natural, que encontramos na filosofia. Por outro lado, temos o conhecimento sobrenatural, aquele que é revelado por Deus e discutido pela filosofia. Tomás os distingue, mas não os separa, necessariamente. Para ele, ambas podem tratar do mesmo objeto: Deus, por exemplo. Contudo, a filosofia utiliza as luzes da razão divina manifestada na revelação (fé), e a revelação não anula, nem torna inútil a razão.*

*Deste ponto de vista, se algo é verdadeiro na teologia, o é também na filosofia, e vice-versa. Fé e Razão jamais entram em conflito, se entendidas adequadamente. A revelação é verdadeira e sempre será consistente com o que os homens descobrirem fora da revelação.*

*Embora Fé e razão não sejam domínios logicamente incompatíveis, são atividades da alma psicologicamente diferentes, operando cada uma nos seus domínios. O domínio da razão inclui todas as verdades (filosóficas, científicas, psicológicas, éticas) adquiridas sem o auxílio da revelação divina, isto é, fora da revelação. São, portanto, verdades conhecidas unicamente pelo exercício da razão. O domínio da fé é o da teologia, que é baseada no conteúdo da revelação divina. Há, porém, um item no conhecimento que pode ser conhecido tanto pela fé quanto pela razão: o conhecimento de que Deus existe.*

*No caso particular da questão, este conhecimento racional acerca de Deus não pode ser um conhecimento a priori, dado que, para Tomas de Aquino, todo o conhecimento começa pela experiência. Neste sentido, não se pode imediatamente inferir da proposição “Deus existe” a existência divina. Segundo Tomás, embora esta proposição seja evidente por si mesma (ele atribui a*

*Anselmo o mérito de ter mostrado isso na elaboração de seu argumento ontológico), pelo fato de nós não conhecermos a essência de Deus, essa proposição não é evidente para nós. É precisamente aqui que, para a sua demonstração, recorreremos aos meios que nos são mais familiares e que nos são mais conhecidos para nós. Recorreremos, assim, aos seus efeitos na criação, na natureza.*

*Assim, a resposta correta da questão é a alternativa (b), pois são verdadeiros os itens (II) e (IV):*

*- o item (II) é verdadeiro porque é possível constatar a existência de Deus por intermédio da reflexão sobre os fenômenos deste mundo. Eis o objetivo das cinco vias!;*

*- o item (IV) é verdadeiro porque, de fato, Tomás de Aquino atribui a Anselmo a tese de que a existência de Deus é evidente por si mesma;*

*Por conseguinte, as alternativas (a), (c), (d) e (e) são incorretas porque os itens (I), (III) e (V) são falsos:*

*- o item (I) é falso porque nenhum conhecimento no homem é a priori;*

*- o item (III) é falso porque do predicado da proposição “Deus existe” não podemos inferir imediatamente a existência divina, dado que não conhecemos a essência de Deus;*

*- o item (V) é falso porque a inteligência humana não pode conhecer o que a essência divina é em si mesma, ou seja, não pode conhecer o que de fato ela é.*

### Questão 37

Pois, para que eu seja livre, não é necessário que eu seja indiferente na escolha de um ou de outro dos dois contrários; mas, antes, quanto mais eu pender para um, seja porque eu conheça evidentemente que o bom e o verdadeiro aí se encontrem, seja porque Deus disponha assim o interior do meu pensamento, tanto mais livremente o escolherei e o abraçarei, [...] pois, se eu conhecesse sempre claramente o que é verdadeiro e o que é bom, nunca estaria em dificuldade para deliberar que juízo ou que escolha deveria fazer; e assim seria inteiramente livre sem nunca ser indiferente.

(Descartes. **Meditações**. (Coleção Os Pensadores)).

A partir desse texto, analise as asserções a seguir.

A criatura humana pode errar ao fazer determinadas escolhas

**porque**

sua vontade livre se estende às coisas que não entende.

Acerca das asserções acima, assinale a opção correta.

- a) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**
- b) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- d) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) As duas asserções são proposições falsas.

**RESPOSTA COMENTADA:**

*A resposta correta desta questão é a alternativa (a), pois, no horizonte do pensamento cartesiano, as duas proposições asseridas acima são de fato verdadeiras e a segunda justifica a primeira. Para Descartes, o erro humano fundamenta-se no fato de que a vontade tem um alcance e um campo de aplicação mais amplo que o do entendimento e o ser humano, não se contendo dentro dos limites do entendimento, muitas vezes, afirma ou nega aquilo que não concebe clara e distintamente.*

*Descartes apresentou sua teoria do juízo na Quarta Meditação. Ali ele tratou do problema do erro no conhecimento humano, empreendendo uma investigação de sua natureza em duas perspectivas: uma metafísica e uma epistemológica. Do ponto de vista metafísico, ele buscou tornar compatível o fato de haver erro no conhecimento humano com a ideia de um Deus perfeito e bom. E do ponto de vista epistemológico, ele procurou explicar o erro a partir das faculdades do entendimento e da vontade presentes no ser humano.*

*Descartes insiste na justificativa de Deus porque, de acordo com ele, Deus não é a causa do erro. Deus é veraz e bom. O erro encontra-se na esfera humana e não em Deus. Deus apenas nos deu a capacidade de julgar, mas, sendo dada por Deus, tal capacidade é boa e perfeita. Se erramos ao exercê-la é porque alguma falha ocorre de nossa parte, não da parte de Deus. E aqui aparece a raiz do problema do erro: se a capacidade de julgar nos é dada por Deus e é boa, nós não devíamos errar, ela deveria funcionar perfeitamente. Contudo, a experiência nos mostra que nós, frequentemente, erramos. Como explicar isso? Seria o erro uma prova de que Deus não criou perfeitamente ou seria um bem para nós sermos criados com a possibilidade de errar?*

*Descartes rejeita a tese de que o erro seja produto de alguma deficiência da faculdade de julgar dada por Deus e também que exista em nós alguma faculdade positiva causadora do erro. Rejeita também que o erro seja uma privação, pelo fato de sermos finitos e não termos*



*todas as capacidades necessárias para evitá-lo. De acordo com ele, o erro decorre da falta de conhecimentos que a substância pensante deveria possuir para pensar, clara e distintamente, e não possui. Não é pelo fato de que nos foram negadas algumas perfeições que nós erramos, mas, pelo fato de que deveríamos, pensar clara e distintamente, todas as ideias que possuímos e não conseguimos. Desse modo, o que nos faltam são conhecimentos claros e distintos que deveríamos possuir para julgar corretamente e não faculdades adequadas. Estas nós já temos, não somos privados delas; mas, suas operações dependem de nós e aí está a base do erro. Ele ocorre porque falta algum conhecimento que o sujeito deveria possuir (para enunciar a verdade) mas não possui, e isso decorre do descompasso que há entre o entendimento e a vontade, que são os dois modos da substância pensante que concorrem para formar o juízo. Assim, quando examinamos nossos erros descobrimos neles o concurso de duas causas: o entendimento e a vontade.*

*Uma vez que com o entendimento apenas concebemos ideias, mas, não asserimos nem negamos, não encontramos nele a causa única do erro. O que encontramos nele é certo limite. Já a vontade, por sua vez, é responsável por asserir ou negar. Ela é o poder de se inclinar em relação aos conteúdos do entendimento, afirmando ou negando aquilo que o entendimento apresenta. Acontece que a vontade tem uma amplitude maior que o entendimento; ela é infinita em potência e tem o poder de se aplicar a todo objeto do entendimento, isto é, às ideias. Tanto as ideias claras e distintas quanto as ideias obscuras e confusas. E nesse descompasso entre a amplitude da vontade e a limitação do entendimento é que ocorre o erro, isto é, quando a vontade afirma ou nega aquilo que o entendimento não concebe clara e distintamente como verdadeiro ou falso.*

*Apesar disso, o erro pode ser evitado, visto que a vontade é livre, isto é, ela não é forçada por nenhuma causa exterior e diante de uma situação em que o entendimento não tem ideias claras e distintas, ela pode se abster de julgar. Ela pode se abster de afirmar ou negar algo sobre aquilo que não entende. Assim, o erro é evitável se a*

*precedência for dada ao entendimento. Visto que erramos quando julgamos além daquilo que concebemos clara e distintamente fazemos um mau uso do nosso livre arbítrio e mesmo que venhamos a acertar na escolha ainda assim fazemos um mau uso do nosso livre arbítrio, pois teremos acertado por acaso e não por entender realmente o que julgamos.*

*No mau uso do livre arbítrio, portanto, é que encontra-se a falta que constitui a forma do erro, mas é uma falta que encontra-se na operação das faculdades, isto é, que encontra-se em nós e não no poder que recebemos de Deus. Por isso, dizer que nosso entendimento é finito, não significa imperfeição de Deus que nos fez assim na sua bondade. E o mesmo vale para o fato de ser a vontade infinita e ultrapassar o entendimento, pois ela também é expressão da bondade de Deus. Deus até poderia nos ter feito de modo que nunca errássemos, mas, Ele nos fez assim e não temos do que nos lastimar. Ele deixou em nosso poder outro meio, a saber, o de reter o juízo quando não entendemos claramente. E se tomamos o cuidado de reter o juízo quando não entendemos claramente o assunto em questão, não somente evitamos o erro, como também aprendemos o que devemos fazer para alcançar a verdade. Dito de outro modo, aprendemos que devemos olhar mais atentamente para as coisas que compreendemos e que devemos separá-las das que são obscuras para nós.*

*Por conseguinte:*

- a alternativa (b) é incorreta porque, apesar de reconhecer que as duas proposições asseridas são verdadeiras, ela nega que a segunda seja uma justificativa correta da primeira;*
- as alternativas (c), (d) e (e) são incorretas porque não reconhecem a verdade das duas proposições asseridas: (c) nega a verdade da segunda, (d) nega a verdade da primeira e (e) nega a verdade das duas.*

# Bibliografia

## **1. Bibliografia consultada para a resolução das questões**

### **1.1. Manuais de História da Filosofia**

ABBAGNANO, Nicola. **História da filosofia**. 6. ed. Trad. de António Borges, Franco de Souza e Manuel Patrício. Lisboa: Editora Presença, 1999. ISBN 972-23-2505-1. (12 Volumes).

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1988.

CLARK, Gordon. **De Tales a Dewey: uma história da filosofia**. Trad. de Wadislau Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. ISBN 978-85-7622-420-4.

KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental**. 2. ed. Trad. de Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Edições Loyola, 2008. ISBN 978-85-15035267. (4 volumes)

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein**. São Paulo: Jorge Zahar, 2010. ISBN 8571104050.

REALE, G.; ANTISERI, D. **Historia da filosofia**. 2. ed. Trad. de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2008. ISBN 978-85-349-2431-3. (7 volumes).

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Trad. de Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (3 volumes)

### **1.2. Outras obras**

ARRUDA JÚNIOR, Gerson Francisco. A resposta de Pedro Abelardo ao problema dos universais. **Ágora Filosófica**. Recife, ano 3, n. 1 e 2, jan./dez. 2003, p. 69 - 82.

CHEVALLIER, J. J. **História do pensamento político**: o declínio do estado-nação monárquico. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983. Vol. 2.

COPI, I. **Introdução à lógica**. 3. ed. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

COSTA, M. R. N. **10 lições sobre Agostinho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

FERRY, Luc. **Kant**: uma leitura das três críticas. Trad. de Karina Jannini. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

GILLES, Thomas. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: E.P.U., 1973.

GILSON, E. **A filosofia na idade média**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. Trad. de Anoar Aíex. São Paulo: Editora Nova Cultural. (Coleção Pensadores)

KUNH, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEITE, Flamarion Tavares. **10 lições sobre Kant**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

LÉVY, Bernard-Henri. **O século de Sartre**. Trad. José Barros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MENESES, Paulo. **Para ler a fenomenologia do espírito**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MORAIS, Alfredo de Oliveira. **A metafísica do conceito**: sobre o princípio do conhecimento de Deus na Enciclopédia das Ciências Filosófica de Hegel. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PASCAL, G. **O pensamento de Kant**. Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2003.

PETRUCCIANI, Stefano. **Modelos de filosofia política**. Trad. José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2014.

ROSAS, João Cardoso (org.). **Manual de filosofia política**. Coimbra: Almedina, 2008.

RYLE, G. **The concept of mind**. Mitchan: Penquin Books, 1949.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes, a metafísica da modernidade**. São Paulo: Moderna, 2005.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault: poder e análise da organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SOUSA, Noé Martins de. **A filosofia de Kant: a moral como fio condutor da articulação do sistema kantiano**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

VERGNIÈRES, S. **Ética e política em Aristóteles: Physis, Ethos, Nomos**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. p. 301.